

T631.587

SOA

car

CECÍLIA CRISTINA SOARES

**O CARÁTER SOCIAL E AS PERSPECTIVAS DE ADAPTAÇÃO DA
PEQUENA PRODUÇÃO INSERIDA EM PROJETOS DE CONCEPÇÃO
TÉCNICA: O CASO DO PROJETO JAÍBA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Desenvolvimento Rural, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. Edgard Alencar

LAVRAS

MINAS GERAIS - BRASIL

1999

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Soares, Cecília Cristina

O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica: o caso do projeto Jaíba / Cecília Cristina Soares.

– Lavras : UFLA, 1999.

114 p. : il.

Orientador: Edgard Alencar.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento rural. 2. Pequeno produtor. 3. Projeto Jaíba. 4. Sociologia rural. 5. Irrigação – Tecnologia. 6. Estratégia. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-338.18

-631.587

CECÍLIA CRISTINA SOARES

**O CARÁTER SOCIAL E AS PERSPECTIVAS DE ADAPTAÇÃO DA
PEQUENA PRODUÇÃO INSERIDA EM PROJETOS DE CONCEPÇÃO
TÉCNICA: O CASO DO PROJETO JAÍBA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Desenvolvimento Rural, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 15 de julho 1999.

Prof. Marcos Affonso Ortiz Gomes

UFLA

Prof. Luciel Henrique de Oliveira

UNIFENAS



Prof. Edgard Alencar

UFLA

(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

Dedico

aos meus pais, José e Expedita
e aos meus irmãos, Júnior e André

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras (UFLA).

À Fundação de Apoio e Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Ao Professor e Orientador Edgard Alencar, mestre e amigo.

Aos professores do Curso de Mestrado em Administração Rural.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras.

Aos colegas do mestrado, pela convivência e companheirismo.

A Luiz Tadeu Murad , por sua ajuda inestimável.

À Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), pelo apoio indispensável à realização desse trabalho.

Ao “Seu” Toninho (em memória), pela presteza e paciência demonstradas durante todo o período de trabalho de campo.

À RURALMINAS, pelo apoio sempre demonstrado na realização desse trabalho.

Ao Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ), por ter colocado à minha disposição toda sua infra-estrutura, sem restrições ou exigências.

À PLENA- Consultoria de Engenharia Agrícola e aos seus funcionários em Mocambinho, pelo apoio técnico.

Aos produtores do Projeto Jaíba, com quem aprendi muito.

A Lyria Chaves Andrade de Oliveira, amiga e incentivadora de meu trabalho.

A todos os amigos que sempre me apoiaram desde o início.

A Vincent Dropsy, por seu carinho, sua paciência e estímulo constantes ao longo desses últimos dois anos, mesmo nos momentos mais difíceis.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS.....	i
LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
ANEXO A	vi
ANEXO B	vii
1 INTRODUÇÃO.....	01
1.2 Apresentação do estudo.....	04
1.2.1 Questões norteadoras.....	05
1.2.2 Hipótese exploratória.....	06
1.3 Histórico do Projeto Jaíba.....	07
1.3.1 Características gerais da estrutura produtiva do Projeto Jaíba.....	11
1.3.2 Localização.....	12
1.3.3 Solo e clima	12
2 PERSPECTIVA TEÓRICA.....	15
2.1 Desenvolvimento e crescimento econômico.....	17
2.2 Desenvolvimento rural.....	22
3 METODOLOGIA E ÁREA DE ESTUDO.....	31
3.1 A opção pela pesquisa qualitativa.....	32
3.2 Triangulação de dados	33
3.3 Objeto de estudo e coleta de dados.....	34
3.4 Descrição das áreas estudadas.....	37
3.4.1 Mocaminho.....	37
3.4.2 Área C ₃	38
3.4.3 Área F.....	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
4.1 O “mal de sigatoka”.....	43

4.2 Estrutura e filosofia do Projeto Jaíba: visão institucional.....	45
4.2.1 Os desafios do Projeto Jaíba.....	47
4.2.2 Transformações e adaptações do caráter social do Projeto Jaíba à sua concepção técnica e a exigências impostas por restrições econômicas.....	52
4.2.3 Indicativos de mudança conceitual: o processo seletivo, a questão fundiária, a tarifa de água, a diversificação das culturas.....	56
4.2.3.1 O processo seletivo.....	57
4.2.3.2 A questão fundiária.....	59
4.2.3.3 A tarifa de água.....	60
4.2.3.4 A diversificação das culturas.....	63
4.3 Comercialização da banana.....	64
4.3.1 O setor de comercialização.....	66
4.3.2 Informações técnicas sobre a comercialização da banana no Projeto Jaíba.....	69
4.4 Parâmetros empregados pela assistência técnica para avaliação dos pequenos produtores.....	71
4.5 Características gerais dos produtores segundo o levantamento de dados de pesquisa.....	77
4.5.1 Produtores Ótimos.....	78
4.5.2 Produtores Bons.....	79
4.5.3 Produtores Fracos.....	80
4.6 O Projeto Jaíba: a visão dos produtores.....	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
ANEXO A.....	105
ANEXO B.....	111

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento Rural
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COVAG - Cooperativa do Vale do Gortuba
DAIJ - Distrito Agro-industrial Jaíba
DIJ - Distrito de Irrigação Jaíba
FETAEMG – Federação dos trabalhadores na agricultura do estado de Minas Gerais
INIC - Instituto Nacional de Colonização e Irrigação
PDRN – Plano de Desenvolvimento da Região Noroeste
PIN - Programa de Integração Nacional
PLANOROESTE - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste
PPI- Programa Plurianual de Irrigação
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
RURALMINAS - Fundação Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário
SETAS – Secretaria da Ação Social, da Criança e do Adolescente (antiga Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social)
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária
SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização geográfica e <i>lay out</i> das quatro etapas de implantação do Projeto Jaíba.....	14
FIGURA 2 - Projeto Jaíba - Etapa I – Áreas pesquisadas.....	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Três grandes grupos de Estratégias de Desenvolvimento Rural.....	23
TABELA 2 - Resumo dos três tipos básicos de modelos agrícolas.....	25
TABELA 3 - Número total de produtores e área irrigável por cada perímetro irrigado.....	34
TABELA 4 - Amostra de produtores entrevistados por cada perímetro irrigado.....	35

RESUMO

SOARES, Cecília Cristina O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica: o caso do projeto Jaíba: UFLA, 1999. 114 p. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural).*

Pressupondo que o Projeto Jaíba está definido para um determinado perfil de produtor, cujas características são compatíveis com um modelo agrícola de produção exigente quanto ao manejo adequado da tecnologia e intensivo em capital; esse estudo procurou identificar quais as perspectivas de desenvolvimento o projeto possui, como se configura sua estratégia de atuação e como essa estratégia está ligada ao perfil do pequeno produtor assentado. O principal objetivo da identificação dessas estratégias foi o de revelar a influência que estas exercem na determinação dos produtores que lá permanecerão. A pesquisa foi conduzida entre os meses de Julho e Agosto de 1997, no âmbito do Projeto Jaíba, localizado no estado de Minas Gerais, Brasil. A abordagem do problema de pesquisa foi de natureza qualitativa, baseada no método da Triangulação de Dados. Utilizou-se o critério não-probabilístico por julgamento para a determinação das amostras de produtores a serem entrevistados nas áreas destinadas ao assentamento e já implantadas. Para a obtenção dos dados, foram aplicados questionários semi-estruturados, além da análise documental e da técnica da observação não participante. A análise dos resultados encontrados confirmou a hipótese exploratória de que as exigências técnico-econômicas e os objetivos do Projeto Jaíba estão definidos e são adequados para os pequenos produtores cujo perfil e desempenho sejam caracteristicamente empreendedores e que sejam capazes de acompanhar a dinâmica que o sistema produtivo no qual estão inseridos lhes impõe. Essas análises foram evidenciadas não só pelos próprios produtores, mas, fundamentalmente, pela postura assumida pelos dirigentes e técnicos do projeto. Não foram identificadas estratégias que visem a uma adaptação paulatina da pequena produção a um sistema produtivo ainda mais intensivo em tecnologia e capital do que o verificado no momento da pesquisa.

* Orientador: Edgard Alencar -UFLA.

ABSTRACT

SOARES, Cecília Cristina **The social characteristics and the perspectives of adaptability of a small production farm to a technological project: a case study of the Jaíba Project: UFLA, 1999. 114 p. (Dissertation – Master Program in Rural Administration) ***

This study aimed to identify what developmental perspectives the Jaíba Project possesses, how it configures its strategy and how this strategy is linked to the small farmer's profile seated. It is assumed that this project is defined for a particular farmer's profile, whose characteristics are compatible to an agricultural production model exacting as to the adequate management of a technology intensive in capital. The chief objective of identification of such strategies was that of revealing their influences upon the determination of the farmer's profile whom would remain there. The research work was carried out between the months of July and August of 1997, in the Jaíba Project, located in the state of Minas Gerais, Brazil. The approach of the research problem was qualitative, based on the Data Triangulation method. It was utilized the non-probabilistic criterion by judgement for determining samples of farmers to be interviewed in the areas designed to the seating and already implanted. It was applied semi-structured questionnaires for gathering the data in addition to the document analysis and the non-participant observation technique. The analysis of the results confirmed the exploratory hypothesis, which presupposes that the technical and economical requirements and the objectives of the Jaíba Project are defined and adequate to the small farmers whose performance and profile be enterprising and for those whom are able of making pace with this dynamic and demanding productive system. The producers themselves have not only stressed such conclusion, but also and primarily, the managers and technicians of the project. No strategies, which aim at a gradual adaptation of the small production to a productive system intensive in capital, could be identified than the one verified at the moment of the research.

* Adviser: Edgard Alencar - UFLA

ANEXOS

ANEXO A

Página

TABELA 1A Ocupação dos lotes através de assentamento.....	106
TABELA 1B Ocupação dos lotes através de compra.....	106
TABELA 1C Ocupação dos lotes através de assentamento e compra.....	106
TABELA 1D Grau de escolaridade dos Produtores de Mocambinho.....	106
TABELA 1E Grau de Escolaridade dos Produtores da Área C ₃	107
TABELA 1F Grau de escolaridade dos Produtores da Área F.....	107
TABELA 1G Tempo de projeto, idade, filhos e número médio de ha dos produtores de Mocambinho.....	107
TABELA 1H Tempo de projeto, idade, filhos e número médio de ha dos produtores da Área C ₃	107
TABELA 1I Tempo de projeto, idade, filhos e número médio de ha dos produtores da Área F.....	108
TABELA 1J Utilização de crédito bancário e produtores associados entre os produtores de Mocambinho.....	108
TABELA 1K Crédito bancário, produtores associados e utilização de microaspersão entre os produtores da Área C ₃	108
TABELA 1L Crédito bancário, produtores associados e utilização de microaspersão entre os produtores da Área F.....	108
TABELA 1M Renda média dos produtores da Área F.....	109
TABELA 1N Renda média dos produtores da Área C ₃	109
TABELA 1O Renda média dos produtores de Mocambinho.....	109
TABELA 1P Atividades anteriormente exercidas pelos produtores das Áreas de Mocambinho, F e C ₃	110

ANEXO B	Página
2A Decreto n. 89487.....	112
2B Distrito de Irrigação Jaíba.....	112
2C Preço da água.....	112
2D Pagamento da assistência técnica.....	112
2E Pagamento das áreas de assentamento.....	113
2F Processo de seleção e perfil do pequeno produtor	113
2H Projeto de irrigação e projeto de colonização: contradições.....	113
2I Avaliação do PROHIDRO sobre a agricultura irrigada.....	113

1 INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira caracterizou-se, durante a década de 70, por intensas transformações na base técnica de seu processo produtivo, as quais se tornaram genericamente conhecidas como parte essencial do processo de “modernização da agricultura”.

A intervenção do Estado foi intensa e decisiva para viabilizar esse processo. Notadamente, entre os mecanismos criados com essa finalidade, sua ação pôde ser verificada através de vultosos investimentos realizados em infraestrutura; do incremento ao crédito rural; dos subsídios para a compra de insumos e equipamentos modernos; da reestruturação da pesquisa agropecuária e da extensão rural, assim como do desenvolvimento da agroindústria.

A criação de projetos especiais e programas regionais, também visando ao desenvolvimento econômico, fez parte dessa estratégia intervencionista. E, nesse contexto, enquadram-se os projetos públicos de irrigação, que refletiam, àquela época, as diretrizes traçadas pelo Estado. A agricultura irrigada representava uma das alternativas mais eficazes para a consecução de metas que alcançassem o aumento da produtividade agrícola, o crescimento e a geração da renda, além de acarretar um aspecto fundamental: a incorporação de tecnologias de produção mais avançadas.

As possibilidades apresentadas por esse modelo de agricultura foram avaliadas como potencialmente indutoras não só do processo de modernização do processo produtivo, mas também do desenvolvimento econômico de regiões menos favorecidas e distantes dos centros político-administrativos. Uma vez que

muitas dessas regiões possuíam condições climáticas ideais para a sua implantação, além, evidentemente, dos recursos hídricos disponíveis.

A elaboração do Projeto Jaíba resultou dessa diretriz política, refletindo-a claramente em seus princípios básicos. A partir de 1972, os Governos Federal e Estadual passaram a atuar em conjunto com vistas ao seu estabelecimento efetivo no estado de Minas Gerais. Nesse mesmo ano, a RURALMINAS contratou a elaboração do Projeto Executivo de Irrigação de Mocambinho, prevendo a irrigação inicial de 1.680 hectares.

O Projeto Jaíba prevê a consecução de objetivos ambiciosos, os quais, uma vez alcançados, visam a um efeito indutor do desenvolvimento sócio-econômico de seu entorno; a geração de empregos; uma melhor distribuição da renda no meio rural; o aumento da oferta de serviços e equipamentos sociais básicos; além da introdução e desenvolvimento da agroindústria . Esse último objetivo, pelo menos no nível institucional, se apresenta como uma das principais bases, senão a principal, para a consecução de todos os outros.

A meta final do projeto é a incorporação de 100.000 hectares irrigados, distribuídos entre pequenos, médios e grandes produtores. Até 1991, no entanto, a área irrigada era de 3.636 ha, relativos à sua primeira etapa de implantação, cuja área é de 28.200 ha.

Em 1997, somavam-se 11.584 ha efetivamente em operação, ainda em sua primeira etapa. Os pequenos produtores estavam assentados em uma área relativa a 44% desse total, ou 5.090 ha. Os 6.494 ha restantes foram licitados para ocupação por 150 empresários.

As considerações feitas sobre seus objetivos; sua implantação e desenvolvimento nas últimas décadas; os investimentos já realizados em infraestrutura; o caráter social adquirido e sua contextualização no cenário recente da agricultura brasileira irrigada foram aspectos decisivos para sua escolha como objeto de estudo do presente trabalho.

Entretanto, dois fatores contribuintes se destacaram:

i) o assentamento dos pequenos produtores vem ocorrendo de forma acentuada apenas recentemente;

ii) o projeto apresenta características aparentemente antagônicas entre si, ou seja, quanto à sua estrutura produtiva, eminentemente fundada em bases técnicas, contraposta ao seu caráter social, no que se refere ao assentamento de pequenos produtores.

Com maior ênfase, a consideração desse último fator conduziu à pressuposição de que o projeto estaria definido para um determinado perfil de produtor cujas características são compatíveis com um modelo agrícola de produção exigente quanto ao manejo adequado e eficiente da tecnologia. Esse produtor deveria, também, atender a outros requisitos, tais como: capacidade de autofinanciamento; habilidades gerenciais e administrativas; além de possuir um perfil empreendedor associado a uma visão de mercado ampla e dinâmica.

Dessa forma, partiu-se da premissa de que a existência de indefinições quanto à estratégia de desenvolvimento e objetivos pretendidos do Projeto Jaíba persistiriam, segundo esse estudo, como uma das causas geradoras de insatisfações e frustrações de uma parcela numerosa de pequenos produtores assentados, porém descapitalizados e despreparados para enfrentar uma estrutura de tal forma exigente.

Não restam dúvidas de que se trata de um pólo atrativo para as populações rurais. Entretanto, o somatório desses fatos acentua a necessidade de se identificar quais as perspectivas de desenvolvimento o projeto possui, como se configura sua estratégia de atuação e como essa estratégia está ligada ao perfil do pequeno produtor assentado.

A identificação dessas perspectivas poderá revelar a influência que estas exercem na determinação de um perfil dos pequenos produtores que lá permanecerão. Espera-se que sua análise, no âmbito institucional, confrontada

com as perspectivas e expectativas dos pequenos produtores, possa, da mesma forma, revelar como essa identificação relaciona-se, em última instância, aos objetivos do próprio projeto.

E este é grande um desafio. Principalmente, devido à complexidade e envergadura do Projeto Jaíba, onde presume-se que o manejo adequado da tecnologia de irrigação; a viabilidade técnico-econômica e sua capacidade de gerar empregos e renda são exigências básicas para a consecução dos objetivos a que se propõe.

Considerando a irreversibilidade do investimento já feito e a necessidade de viabilizar social e economicamente a estrutura instalada, é preciso buscar respostas que possam contemplar interesses e objetivos, em sua maioria, diversos e antagônicos.

1.2 Apresentação do estudo

O problema de pesquisa foi apresentado através da elaboração de uma perspectiva teórica contextual e multiparadigmática.

Inicialmente, buscou-se situar historicamente as origens da preocupação com as questões do desenvolvimento econômico das nações empobrecidas. Em seguida, foram discutidos os modelos econômicos dominantes nas décadas de 50 e 60, principalmente. O objetivo foi o de demonstrar como programas e projetos de desenvolvimento econômico elaborados àquela época refletiram diretrizes macroeconômicas traçadas a partir do exemplo das nações industrializadas.

Assim, introduziu-se a questão do desenvolvimento rural como o resultado subsequente dessas diretrizes, tomando possível entender e avaliar como e porque determinados modelos de agricultura foram implantados e se desenvolveram ao longo das últimas quatro décadas.

Sem dúvida alguma, enfatizou-se o modelo agrícola baseado em elementos tecnocráticos, bem como sua concepção e implicações sócio-econômicas. No entanto, também foram discutidas características da evolução recente dos padrões produtivos de uma agricultura cada vez mais inserida no processo capitalista, representada por uma 'comodificação' crescente de seus produtos.

Os resultados foram apresentados e discutidos a partir de uma descrição inicial dos problemas enfrentados pelo Projeto Jaíba no momento da coleta dos dados e realização da entrevistas.

Logo após, o estudo tratou de apresentar a estrutura e perspectivas institucionais de desenvolvimento para o Jaíba a partir de sua cúpula administrativa.

Em seguida, foram apresentados os parâmetros de avaliação empregados pela assistência técnica para classificar os produtores em ótimos, bons e fracos. Esses parâmetros forneceram uma idéia da concepção técnico-administrativa esperada em relação aos pequenos produtores. Foram descritos os dados dos produtores entrevistados de acordo com a categoria na qual haviam sido previamente listados.

Finalmente, foram apresentadas as expectativas e perspectivas dos pequenos produtores em relação ao projeto. Essas análises também se fizeram segundo a categoria na qual esses produtores foram listados.

1.2.1 Questões norteadoras

Algumas questões nortearam a condução desse estudo. Procurou-se conhecer, por exemplo, como, sob o ponto de vista institucional, os pequenos produtores poderiam ser considerados bem ou mal sucedidos no âmbito do

Projeto Jaíba, bem como analisar os fatores e condicionantes que os definem e determinam como tal.

Uma segunda questão procurou analisar como esses fatores e condicionantes relacionados aos pequenos produtores se articulam com as perspectivas institucionais relativas a esse projeto.

Finalmente, buscou-se confrontar essas perspectivas com as expectativas dos pequenos produtores selecionados para o assentamento e analisar suas possíveis conseqüências para o desenvolvimento do projeto.

Para tanto, esse estudo elaborou uma hipótese exploratória como suporte para a discussão e análise das questões acima apresentadas.

1.2.2 Hipótese exploratória

Considerando os objetivos a que se propõe, as exigências e especificidades técnico-econômicas¹ apresentadas pelo Projeto Jaíba estão definidas e são adequadas para os pequenos produtores assentados cujo desempenho e perfil estejam relacionados a uma postura e uma visão caracteristicamente empresariais, tais como: habilidades de gerenciamento dos recursos disponíveis; tirocínio comercial; espírito empreendedor e cooperativista; além de um conhecimento técnico suficiente para o manejo adequado do sistema de irrigação de que fazem uso.

¹- Serão consideradas exigências e especificidade técnico-econômicas as pressuposições de que projetos de irrigação do porte do Jaíba possuem uma orientação comercial, sem restrições de investimentos por parte dos produtores; implicando a adoção de um sistema encadeado caracterizado pela utilização de insumos que proporcionam alto rendimento; demandam conhecimento técnico em irrigação; além de uma sofisticada infra-estrutura que assegure a aplicação eficiente dos recursos naturais, recursos de capital, de trabalho e de tecnologia agrícola disponíveis na área do projeto (Ferreira,1993; Avaliação Global e Sistematizada...1994).

1.3 Histórico do Projeto Jaíba

Por se tratar de um projeto de irrigação, é regido pela Lei Federal n. 6662 de 25/06/79 que dispõe sobre a política nacional de irrigação e pelos decretos 89.487 de 20/03/84; 90.309 de 16/10/84; 90.991 de 26/02/85 e 93.484 de 29/10/86 (Januzzi, 1995; CODEVASF, 1995).

Concebido na década de 70 pelo governo mineiro, o Projeto Jaíba constitui hoje o maior projeto público de irrigação em área contínua da América Latina. Trata-se de um empreendimento conjunto entre a União, representada pela CODEVASF, e o governo de Minas Gerais.

No entanto, no início da década de 50, as primeiras colônias oficiais do Jaíba já haviam se formado a partir de projetos de colonização do extinto INIC. Essas colônias se desenvolveram a partir do rio Verde Grande e à margem da estrada situada entre os municípios de Janaúba e Manga. Inicialmente, o núcleo estabelecido foi preparado para o assentamento de 200 famílias, em lotes de 20 a 30 hectares, num total de 310 mil hectares de terras devolutas doadas pelo governo de Minas Gerais (Gomes, 1982).

A primeira tentativa de colonização não foi bem sucedida em razão, principalmente, das condições adversas do clima local, da falta da assistência técnica e do isolamento do núcleo em relação ao centro político-administrativo do Estado de Minas Gerais. Em vista dessa situação, tentou-se implantar, alternativamente como atividade econômica já tradicional nessa região de Minas Gerais, a pecuária de corte. Contudo, o dimensionamento reduzido dos lotes e a escassez de água superficial para o rebanho foram fatores que contribuíram para o seu insucesso.

Entretanto, a região de Jaíba passou a dispor de uma infra-estrutura básica instalada, tal como o núcleo habitacional e administrativo da colônia;

estradas e campos de pouso. Essa infra-estrutura possibilitou, mais tarde, o planejamento de ações mais concretas diretamente ligadas a essa região.

Na década de 60, estudos efetuados pelo Bureau of Reclamation - USA - sobre as potencialidades agrícolas da região denominada Mata da Jaíba resultaram na elaboração de um documento chamado - Reconhecimento dos Recursos Hídricos e de Solos da Bacia do São Francisco - o qual identificava uma área de 230.000 hectares para aproveitamento agropecuário. Esses estudos foram possíveis devido a um convênio firmado entre o Brasil (representado pela SUDENE, Comissão do Vale do São Francisco e CHESF) e os Estados Unidos.

Não se pode afirmar que esses estudos tiveram uma relação direta com o desenvolvimento da infra-estrutura do núcleo de colonização na região da Jaíba, mas as condições estruturais que lá existiam contribuíram positivamente para a implantação de projetos que visassem ao seu desenvolvimento social e econômico.

Coube à RURALMINAS, criada em 1966, o planejamento, reformulação e ampliação do Núcleo de Colonização do Rio Verde Grande , bem como a implantação de um projeto piloto de irrigação na região de Mocaminho, numa área de 5.680 hectares. Essas ações foram facilitadas pelo fato de a mata da Jaíba estar inserida no PLANOROESTE.

Segundo Gomes (1982), a partir da década de 70, em virtude de um empréstimo do BID no valor de 29 milhões de dólares, tomado pelo governo de Minas, a RURALMINAS passou a coordenar e executar o 1º PDRN. A mudança e ampliação dos objetivos do plano passaram a ter um caráter prioritário de desenvolvimento regional, ficando a colonização num plano secundário.

A participação do governo federal na área do projeto teve início em 1972, quando este tornou-se um empreendimento conjunto entre a União e o governo de Minas Gerais. Os 230.000 hectares identificados como aproveitáveis pelo Bureau of Reclamation passaram a constituir, àquela época, o Distrito

Agroindustrial do Jaíba - DAIJ. No entanto, para a implantação de um projeto de irrigação foram selecionados 100.000 hectares. Foi quando teve início a elaboração do Projeto Executivo de Irrigação de Mocambinho, com uma área irrigada prevista para 1.680 hectares.

Para coordenar as ações desenvolvidas pela CODEVASF e RURALMINAS, foi criado, em Belo Horizonte, o PRODAIJ. Em 1976, o cronograma oficial elaborado pelo PRODAIJ previa a realização tanto de obras civis quanto a instalação das agro-indústrias, das quais participariam empresários e colonos, coordenados pelos governos federal e estadual.

As obras de infra-estrutura de Mocambinho foram iniciadas em 1975 com recursos financiados parcialmente pelo BIRD. Nesse mesmo ano, a CODEVASF, criada um ano antes, passou a representar o governo federal no empreendimento desse projeto através de um convênio² firmado com a RURALMINAS.

Desde então, A CODEVASF ficou responsável pela implantação, operação e manutenção das obras físicas do sistema de irrigação do DAIJ. Sua estratégia de ação baseava-se na implantação de projetos em áreas prioritárias, onde estes se transformariam em pólos de desenvolvimento microrregional (Moura citado por Oliveira, 1992).

A regularização dos aspectos fundiários e da implantação de dispositivos básicos de colonização tais como construção de estradas, rede elétrica e apoio técnico, por exemplo, ficaram sob a responsabilidade da RURALMINAS.

Em 1980, o projeto de irrigação do Jaíba é incluído no PROÁLCOOL, financiado pelo BNDES, através de um protocolo de união entre os Ministérios

² Por meio desse convênio, assumia-se a implantação “de um sistema hidráulico, de uso coletivo para irrigação de uma área de 100.000 ha, distribuídos em quatro grandes patamares de altitudes médias progressivas, ...dominados por quatro estações de recalque interligadas por um sistema de canais principais, que captariam a água do Rio São Francisco, aduzindo-a até o último patamar”(Januzzi, 1995:15).

do Interior e da Indústria e Comércio. Pretendia-se transformar a área do projeto em um pólo sucro-alcooleiro. Não havia um planejamento detalhado com esse fim, mas apenas definições básicas do *lay-out* para a irrigação por gravidade através da Estação de Bombeamento 1-A (EB1-A) e canais secundários.

Todavia, com a queda da cotação internacional do açúcar nos anos seguintes, a proposta de transformar o projeto num pólo sucro-alcooleiro foi, gradativamente, substituída por uma preocupação com os seus objetivos sociais.

A decisão de realizar a irrigação por aspersão convencional de 28.200 hectares foi tomada em 1985. Assim, caracterizou-se o que convencionalmente passou a se chamar a Etapa I do Projeto Jaíba, a primeira das quatro etapas a serem implantadas. O Banco Mundial financiaria a implantação dessa primeira etapa, desde que o projeto tivesse propósitos que evidenciassem sua preocupação com a questão social³.

A área de 5 ha, destinada ao assentamento de pequenos produtores, por exemplo, somente teve seu projeto detalhado para a instalação da aspersão convencional em 1986 e a construção das obras somente licitadas em junho de 1987. Tratava-se de um projeto relativo à área F, para um total de 2.300 ha, atendendo às exigências feitas pelo Banco Mundial para a liberação da verba de implantação da Etapa I. Até então, apenas a área de Mocaminho havia sido colonizada por pequenos produtores, sendo que 25 (vinte e cinco) deles foram os primeiros a chegar entre os anos de 1972 e 1973.

Porém, segundo Januzzi (1995), o Acordo de Empréstimo 3013-BR, com o Banco Mundial, visando à implantação da primeira Etapa, somente foi firmado em 1989.

³ Na mesma época, 1985, "houve alteração das diretrizes políticas que nortearam a concepção do projeto, privilegiando-se a vocação social em detrimento do modelo econômico apoiado em grupos empresariais" (Januzzi, 1995:15).

Assim, nota-se que o Projeto Jaíba apenas recentemente adquiriu um certo impulso no que diz respeito à constância das ações públicas e privadas a ele diretamente relacionadas.

Todavia, o princípio básico que o fundamentou ainda é o mesmo, ou seja, a sua exploração racional aliada à máxima utilização de investimentos, agora, porém, com o afastamento gradativo do poder público (Gomes, 1982).

1.3.1 Características gerais da estrutura produtiva do Projeto Jaíba

Em extensão e capacidade infra-estrutural instalada, o Projeto Jaíba é o maior e mais complexo dos 19 perímetros públicos irrigados administrados pela CODEVASF.

A infra-estrutura para a irrigação compõe-se, principalmente, pelo canal de chamada do Rio São Francisco, com 1.200 metros de extensão; por duas estações de bombeamento, com capacidades respectivas de 80 m³/s e 65 m³/s e pelos canais principal e secundário, que juntos somam 13,5 quilômetros de extensão. Os canais principais, secundários, terciários e quaternários das glebas somam 184,274 quilômetros de extensão.

A produção do projeto é direcionada para a fruticultura (64% da área potencialmente irrigável) e olericultura, com uma forte vocação para se especializar na fruticultura tropical. Para 1997, esperava-se uma produção de 31.919,6 t, sendo a banana responsável por 23.057,6 t (72,2%) do total. (Projeto Jaíba, 1997)

1.3.2 Localização

O projeto está localizado à margem direita do Rio São Francisco, inserido, geograficamente, nos municípios de Matias Cardoso e de Jaíba, estado de Minas Gerais (Figura 1). Esses municípios pertencem à microrregião Sanfranciscana de Januária que abrange ainda os municípios de Manga, São Francisco, Januária, Itacarambi e Montalvânia, também situados em Minas Gerais, numa área total de 33.828 quilômetros. Essa microrregião é a maior de Minas Gerais em superfície, cerca de 27% de sua área total .

Seus limites hidrográficos são o Rio São Francisco, que constitui sua fonte hídrica, e o Rio Verde Grande (Ferreira,1993 e Avaliação Global e Sistematizada...1994; Januzzi, 1995).

1.3.3 Solo e clima

Clima tropical úmido de savana, com uma estação seca no inverno, passando a um clima quente e chuvoso no verão. A temperatura média anual é de 26°. A precipitação média anual é de 974,8 mm, concentrando-se 81% desse total nos meses de outubro a março. Umidade relativa média de 69,63% e insolação média de 2.828,90 horas/ano.

Predominam os solos arenosos (latossolos Amarelo Álico e Vermelho Amarelo Álico- 73%; podzólicos – 18,1%) e areias quartzozas. Caracterizam-se por sua alta permeabilidade e baixa retenção de água, entre 12 e 16 mm, na camada superficial do solo de 30 cm, excetuando-se os solos aluviais na área de Mocaminho, às margens do Rio São Francisco.

Para fins de irrigação, classificam-se em: solos classe 3 (51%); classe 4 (25%), classe 2 (15%) e classe 6 (8%). "...a área não se adapta aos métodos de

irrigação superficiais e sim aos pressurizados tais como microaspersão, gotejo e pivô central. A irrigação convencional exige mudanças, no máximo, a cada três dias” (Januzzi, 1995:27; Ferreira, 1993).

2 PERSPECTIVA TEÓRICA

“Uma ciência evolui por questões ético-morais”

(Thomas Khun)

A formulação do problema de pesquisa orientou, desde o início, a busca de uma perspectiva teórica cuja lógica de argumentação pudesse discutir, satisfatoriamente, o tema em estudo.

Essa perspectiva teve de ser construída, ao mesmo tempo em que se afastava a possibilidade de um paradigma teórico único, fundamentando a formulação das questões de pesquisa. Esta afirmação encontra apoio em uma discussão feita por Ribeiro (1996:4). Esse autor ressalta o fato de que em virtude de o contexto atual apresentar-se problemático, vive-se um momento de crise de paradigmas “quanto ao seu resultado histórico vivenciado...” e “ o questionamento científico pede muita cautela...”

Para Henderson (1991:37), o contexto de interdependência global em que vivemos "produzirá mudanças no paradigma da pesquisa política e dos instrumentos de avaliação, levando a uma revolução epistemológica que reestruturará as instituições e currículos acadêmicos..." , pois os instrumentos e pesquisa atuais "estão presos na 'dobra do tempo', mapeando sistemas extintos com ferramentas inadequadas..."

A adoção de um enfoque multiparadigmático tem refletido, dessa forma, uma tendência da pesquisa na análise de sistemas considerados complexos (Brito e Gomes, 1997), aplicando-se, nesse caso, ao estudo realizado.

Superar impasses conceituais, lógicos e epistemológicos constitui, sem dúvida alguma, um dos grandes desafios desse novo enfoque. Certamente, o alcance desse objetivo representaria um resultado ideal, visto que as novas epistemologias devem buscar o respaldo científico exigido contemporaneamente (Carvalho, 1990).

Ainda que esse respaldo represente, segundo Alencar (1999), uma resposta política ou intelectual às circunstâncias históricas ligadas à emergência do mundo moderno .

2.1 Desenvolvimento e crescimento econômico

Os estudos que visavam ao combate das “causas da pobreza das nações” e à redução das disparidades internacionais no nível da renda se intensificaram a partir da constituição da Organização da Nações Unidas (ONU) em 1945. Foi então que a relação entre distribuição de renda e desenvolvimento ganhou ênfase. Combater as causas da pobreza passou a ser uma questão econômica, humanitária e política (Baldwin, 1972 e Souza, 1993).

Desde então, o desenvolvimento tem sido conceituado e compreendido diferentemente sob várias correntes do pensamento econômico e social, não prevalecendo nenhuma definição universalmente aceita. Aliás, segundo Richers (1970:45) “definições de desenvolvimento com caráter definitivo não são nem possíveis, nem desejáveis.”

Mesmo tendo sido tratado sob os mais diferentes enfoques nas últimas quatro décadas, os resultados das políticas e estratégias desenvolvimentistas continuam a refletir e, até mesmo a exacerbar, a desigualdade social e econômica entre os países “ricos” e “pobres”.

De acordo com Henderson (1991), uma das principais causas para o fracasso dos modelos de desenvolvimento deve-se ao fato de estes terem sido inflexíveis, incapazes de incorporar ou detectar os valores e as metas que distinguem as diferentes culturas. Ao contrário, impuseram fórmulas, determinando o que é ou não correto na elaboração de políticas e influenciando a definição de conceitos de eficiência e produtividade.

Ribeiro (1996) destaca que esses modelos foram inspirados nos exemplos dos países centrais, que haviam passado pelo processo de industrialização, tornando-se, assim, uma referência a ser seguida pelos países atrasados ou periféricos.

Para Röpke, citado por Ribeiro (1996), o conceito de desenvolvimento está relacionado à difusão de uma cultura ocidental dominante, em que o "moderno" seria medido em função do grau de urbanização e industrialização que uma determinada sociedade tivesse alcançado. Sob esse ponto de vista, desenvolvimento e crescimento econômico podem ser considerados termos sinônimos.

Com o aprofundamento dos estudos, esses dois termos diferenciaram-se quanto à sua concepção. As conseqüências dessa distinção conceitual, no entanto, só puderam ser avaliadas após a verificação de seus resultados em relação aos objetivos pretendidos de desenvolvimento.

Nas décadas de 50 e 60, as teorias econômicas que enfatizaram o crescimento nacional, baseado no investimento e na expansão industrial influenciaram fortemente não só as economias de mercado aberto como também as economias planejadas (Cusworth e Franks, 1993).

O modelo econômico predominante nesse período foi o de tradição neoclássica ou pós-keynesiana de desenvolvimento, em que os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico eram equivalentes. Essa equivalência consistia no pressuposto de que o crescimento de um país seria viabilizado por um investimento contínuo e pela expansão industrial. Assim, a economia cresceria acima de suas possibilidades, gerando o desenvolvimento, desde que seus recursos disponíveis fossem utilizados integralmente. Nesse modelo, as inversões líquidas⁴ pressupõem um processo de acumulação de capital, traduzido pelo aumento da capacidade produtiva (Richers, 1970; Furtado, 1979; Souza, 1993).

Essa abordagem sugeria, implicitamente, que todos os membros da sociedade seriam beneficiados com o crescimento nacional, redistribuindo-se a

4 "Sob esse ponto de vista, inversão é toda produção que não se destina ao consumo imediato". (Furtado, 1979: 61)

riqueza dos setores mais ricos para os mais pobres (Cusworth e Franks, 1993). "Associados a essa noção emergem os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital, solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática" (Souza, 1993: 16).

Ao final dos anos 60, ficou claro que as políticas orientadas para a maximização do crescimento não só estavam levando tempo demais para atingir os mais pobres como também a maioria deles jamais seria alcançada.

No início dos anos 70, termos como "redistribuição com crescimento" ou "crescimento com justiça" refletiam uma tentativa de mudança do enfoque. No entanto, a maioria das políticas ainda se preocupava com o aumento da produtividade. A "redistribuição" passou a ser muito mais de novos recursos e rendas. As estruturas subjacentes à distribuição desigual permaneceram intactas (Dixon, 1994).

Todavia, os estudiosos que consideraram a política macrokeynesiana inadequada para explicar o desenvolvimento, buscaram na História Econômica os elementos para uma "Teoria do Desenvolvimento". Para Furtado (1979), o desenvolvimento possui uma nítida dimensão histórica de longo prazo, resultado de uma expansão econômica mundial que vem ocorrendo desde a Revolução Industrial na Inglaterra.

Sob essa perspectiva, o pensamento estruturalista⁵ considerou crescimento apenas a variação quantitativa do produto. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento tornou-se mais abrangente, englobando, também, mudanças qualitativas e contínuas no modo de vida das pessoas.

⁵ Estruturalismo econômico – "(escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos 50 entre economistas latino-americanos) teve por objetivo pôr em evidência a importância dos 'parâmetros não-econômicos' dos modelos macroeconômicos...particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas." (Furtado, 1979: 83)

Tais mudanças implicariam mudanças estruturais; refletidas na transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna (Furtado, 1979).

Enquadram-se nessa corrente os economistas de tradição cepalina⁶ e marxista, que destacaram a interdependência entre o setor moderno e o tradicional⁷, bem como a inadequação de modelos concebidos para as assim chamadas economias dualistas⁸. Na América do Sul, destacaram-se, pela grande influência de suas idéias, Raul Prebisch, na década de 50 e Celso Furtado, na década de 60 (Souza, 1993).

Porém, a fim de que tais mudanças sejam significativas para a população como um todo, pressupõe-se que elas devam ocorrer não só no nível da infraestrutura, mas também e, fundamentalmente, no nível da superestrutura sócio-econômica (Richers, 1970).

Contudo, uma teoria sobre o desenvolvimento deve considerar dois fatores: o papel do progresso técnico no processo econômico e a acumulação de capital.

A respeito disso, Furtado (1979:93;96) conclui que "...o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação de capital e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade..." Deixando claro que o desenvolvimento de uma dada sociedade é também o estudo de como "a elevação do nível material de vida na forma como

⁶ cepalina- adjetivo derivado da sigla CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Criada após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de desenvolver essa região, procurando detectar os problemas de cada país, bem como os obstáculos ao seu desenvolvimento (Souza, 1993:123).

⁷ setor tradicional- "produz bens de consumo corrente, com baixa intensidade de capital e de tecnologia, geralmente agrícola e de consumo interno, vendidos ou não no mercado" (Souza, 1993:16)

⁸ Economia dual- caracteriza-se pela existência concomitante e simbiótica tanto de um setor "atrasado", de subsistência, como também de um setor "moderno", capitalista. (Oliveira, 1981)

determinada sociedade o define, partindo de uma escala de valores, reflete o equilíbrio de forças que prevalece nessa sociedade.”

Nesse sentido, Henderson (1991) discute a necessidade premente de se repensar os valores sociais e materiais que fundamentam a sociedade moderna. Segundo essa autora, o atual paradigma desenvolvimentista já demonstra sinais evidentes de sua exaustão, decorrentes, principalmente, da falência das experiências passadas.

Sendo assim, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento tradicional constitui uma experiência única no mundo, que não deverá ser repetida, uma vez que os resultados até então alcançados através de sua prática não encontraram, de fato, uma solução para uma distribuição mais equânime da renda. Muito embora essa afirmação esteja condicionada a uma reavaliação dos princípios éticos e morais que regulam as relações sociais, significando, também, uma alteração no equilíbrio de forças prevalentes numa sociedade.

2.2 O desenvolvimento rural

As transformações verificadas no setor rural podem ser melhor entendidas como um reflexo das políticas econômicas adotadas na maioria dos países do Terceiro Mundo, não sendo possível distinguir ações que tenham sido planejadas especificamente para esse setor ao longo do tempo.

Kitching (1990) chega a afirmar que, dificilmente, os planejadores tomaram suas decisões considerando seu impacto sobre a redução da pobreza de modo geral e, especificamente, da pobreza no campo. Ao priorizar ações que viabilizavam o processo de industrialização, buscavam o aumento da produtividade, pois havia a crença de que a distribuição da renda somente seria possível através do crescimento da economia e a industrialização era o único caminho para se alcançar esse objetivo.

Nesse processo, pouco se deu atenção ao fato de que os resultados de uma expansão econômica poderiam beneficiar diferentemente os diversos setores da economia, acarretando efeitos perversos, tais como o agravamento das disparidades sócio-econômicas (Souza, 1993).

No entanto, Dixon (1994) ressalta que os problemas contemporâneos da agricultura só podem ser completamente entendidos no contexto no qual eles se desenvolveram.

Griffen, citado por Dixon (1994), reúne em três grandes grupos as principais estratégias voltadas para o desenvolvimento rural, que se caracterizam por seus objetivos; principais beneficiários; ideologia; formas de posse da terra e países mais representativos. Também segundo Dixon (1994), a maioria dos países do Terceiro Mundo adotou estratégias com fortes elementos tecnocráticos, como foi o caso do Brasil (TABELA 1).

TABELA 1 – Três grandes grupos de Estratégias voltadas para o Desenvolvimento Rural

Estratégia de Desenvolvimento	Objetivo	Maiores beneficiários	Forma predominante de posse da terra	Ideologia	Países representativos
Tecnocrática	Aumento da produção	Elite proprietária	Latifundiários; Grandes plantações; Grandes propriedades privadas; Vários outros sistemas de posse	Capitalista	Filipinas; Brasil; Costa do Marfim
Reformista	Redistribuição da renda e da riqueza; Aumento da produção	Produtores progressistas; Médio camponato	Propriedades familiares; Cooperativas	Nacionalista	Egito; México
Radical	Mudança social; Redistribuição da riqueza, do poder político e da produção	Pequenos produtores e “sem-terra”	Fazendas estatais; Comunas; Propriedades coletivas	Socialista	Vietnã; China; Cuba; Algéria

Fonte: Griffen, citado por Dixon (1994:59)

Os objetivos centrais da estratégia tecnocrática foram o aumento da produção de alimentos, via modernização da agricultura⁹ e a redistribuição da renda. Nesse sentido, pode-se empregar a argumentação feita por Ribeiro (1996) de que o conceito de desenvolvimento rural confundiu-se com o de crescimento agrícola.

Os projetos fundamentados no crescimento econômico foram os instrumentos que mais prontamente incorporaram essa idéia, apresentando-se

⁹Modernização da agricultura- processo através do qual a agricultura torna-se “fortemente integrada aos mercados urbanos de insumos e produtos, baseada em intenso fluxo de informações sobre preços, quantidades, qualidades e tecnologias e na qual a terra é um fator de produção, em grande parte, construído pelo produtor. Emprega diretamente pouco e produz muito mais para vender do que para o autoconsumo.” (Alves, 1987:59)

como um método mais prático de atingir metas específicas. (Cusworth e Franks, 1993).

Esses mesmos autores relatam as mudanças de foco do desenvolvimento nos anos 70 e 80, quando os projetos se transformariam em mecanismos bem sucedidos caso suas metas fossem a satisfação das necessidades básicas da população rural pobre. Dessa forma, serviriam tanto aos modelos de aumento de produtividade, quanto às novas concepções de satisfação dessas necessidades básicas, originadas, principalmente, a partir da década de 70.

Nesse mesmo período, cresceu o interesse por uma abordagem centrada nas pessoas, cuja proposta formulava a inversão de papéis, num processo de inversão hierárquica “de baixo para cima”, onde a principal proposta era a de trazer o “pobre rural” de volta ao centro do debate sobre o desenvolvimento rural (Chambers, 1983).

A falência dos modelos baseados no crescimento econômico e na produção nacional é dada como uma das razões determinantes para essa mudança do enfoque. Os projetos elaborados a partir de elementos tecnocráticos elevaram acentuadamente os custos de produção relativamente aos preços obtidos pelos produtos agrícolas e que, sob essas condições, os termos de troca em relação aos ganhos derivados de novas tecnologias tenderiam a se reduzir com o tempo (Singh Hara, citado por Reijntjes, Haverkort, Waters-Bayer, 1994).

Já no final da década de 80 e início dos anos 90, Cusworth e Franks (1993) apontam uma nova alteração desenvolvimentista relacionada à crescente participação da iniciativa privada, cujo papel passaria a ser, justamente, o de “impulsionar” o desenvolvimento.

Paralelamente à verificação desse redirecionamento nos padrões desenvolvimentistas, observa-se, segundo Kitching (1990), uma “comodificação” dos produtos agrícolas, incorporando definitivamente a agricultura à economia capitalista. A consequência mais direta desse processo

envolve a quebra da produção de subsistência local e a criação e dependência de culturas rentáveis. Essencialmente, os produtores são levados a adotar estratégias mais arriscadas (Dixon, 1994).

Para Chambers, Pacey e Thrupp (1991), os modelos agrícolas resumem-se a três tipos básicos, os quais são aqui apresentados como modelos resultantes das estratégias desenvolvimentistas adotadas (TABELA 2).

TABELA 2 – Resumo dos três tipos básicos de modelos agrícolas

	Industrial	Revolução Verde	Terceiro Mundo/*CDR
Principais localizações	países industrializados e enclaves do Terceiro Mundo	áreas irrigadas, áreas de estação chuvosa regular e áreas de alto potencial no Terceiro Mundo	áreas sujeitas a períodos de seca, áreas interioranas, maior parte da África Sub-sahariana, etc.
Principais tipos de produtores	altamente capitalizados, grandes propriedades familiares capitalizadas e <i>plantations</i>	pequenos e médios produtores	produtores pequenos e pobres
Uso de insumos	muito alto	alto	baixo
Produção atual/produção sustentável	muito alta	próxima do limite	baixa
Prioridade de produção	redução	manutenção	elevação
Estabilidade da produção	risco moderado	risco moderado	alto risco

Fonte: adaptado de Chambers, Pacey e Thrupp (1991).

*CDR: complexa, diversificada e de risco

Embora os tipos denominados ‘Industrial’ e ‘Revolução Verde’ tenham sido implantados em regiões onde os recursos naturais são abundantes, como no

exemplo das áreas irrigadas, seu processo produtivo baseia-se numa eficiência técnica progressiva, tendendo à maximização de tais recursos.

Reijntjes, Haverkort, Waters-Bayer (1994) reforçam que os modelos agrícolas intensivos em capital e orientados para o mercado somente são viáveis e podem ser encontrados em áreas com 'recursos abundantes e de alto potencial'¹⁰ dos países em desenvolvimento.

Um reflexo importante desse processo verifica-se, principalmente, na prioridade dada à produção, cuja estabilidade é garantida por riscos que são moderados proporcionalmente ao capital investido. No entanto, a conjunção desses fatores ocorre no limite de sua sustentabilidade produtiva ou além desta.

Neste caso, a classe produtora beneficiada passa a ser necessariamente capitalizada. Esse dado é bastante significativo, uma vez que, implícita ou explicitamente, exclui do processo produtivo todos os produtores que não são capazes de acompanhar suas exigências e pressões.

Além disso, a existência de um mercado transformou-se num fator fundamental para a atividade econômica de uma agricultura nesses padrões. O sistema produtivo é levado a reorganizar sua produção em função de uma produtividade crescente, com o agravante de que o investimento em tecnologia tende a se transformar em gastos diretos, considerando sua rápida obsolescência.

Os custos variáveis também tendem a se transformar em custos fixos em razão da produtividade crescente e porque os processos tecnológicos já estão determinados (Fainguerlernt, 1997).

Nessa situação, os produtores se vêem obrigados a trabalhar em um sistema produtivo onde palavras como eficiência, tecnologia, ganhos de escala,

¹⁰“A Agricultura Intensiva em Insumos Externos (HEIA) só se torna possível se as condições ecológicas forem relativamente uniformes e puderem ser facilmente controladas (áreas irrigadas, por exemplo) e se os serviços de distribuição, extensão, comercialização e transporte forem bons.” (Reijntjes, Haverkort, Waters-Bayer 1994:8)

qualidade e habilidades de gerenciamento tornam-se essenciais à sua sobrevivência na atividade agrícola.

Todavia, apenas sob grande pressão, os produtores estão dispostos a adotar métodos mais arriscados, pois a capacidade de competição dos sistemas tradicionais em relação à rapidez das mudanças induzidas externamente é limitada, principalmente quanto ao capital exigido (Dixon, 1994).

Sendo assim, a visão de uma “produção humanizada”, baseada na pequena escala, porém moderna e empregando tecnologia científica e onde haja cooperação e relações sociais enriquecidas fora do processo produtivo é uma visão utópica, segundo Kitching (1990). Uma vez que, para esse autor, os objetivos de se manter uma ampla margem da população trabalhando nesse setor, num sistema de produção em pequena escala, coletivizada ou não; capaz de promover, ao mesmo tempo, uma distribuição equitativa da renda; dificilmente subsistiria às demandas e pressões de uma economia aberta aos mercados mundiais.

Além dos argumentos expostos por Kitching (1990), deve-se considerar que a realização de um ‘processo produtivo humanizado’ esbarraria, mais cedo ou mais tarde, em questões tais como a acumulação de capital, o progresso técnico e os valores materiais expressos por uma dada sociedade, conforme discutido anteriormente por Furtado (1979).

A respeito das questões acima levantadas, mesmo um ‘processo produtivo humanizado’, oposto às forças dominantes, estaria sujeito a não rejeitar propriamente os benefícios materiais e o progresso técnico que se originam a partir dessas forças.

A advertência de Kitching (1990:5) é feita no sentido de que “aspirações sociais e políticas devem ser disciplinadas por uma análise teórica cuidadosa, caso contrário podem conduzir a prescrições e políticas de desenvolvimento erroneamente fundamentadas.”

Essa discussão torna-se ainda mais importante ao considerar-se o fato de que a crença na intervenção Estatal está desaparecendo em função de uma política predominantemente neoliberal¹¹, como, por exemplo, esta que se configura no Brasil atualmente.

Se a aplicação de antigos modelos falhou em resolver questões como a acumulação do capital e o progresso técnico; o emprego indistinto de uma postura à primeira vista comprometida com os pobres rurais, porém desvinculada de um contexto estrutural, corre o mesmo risco.

Também dentro desse direcionamento analítico, Dixon (1994) chama a atenção para uma das principais conseqüências delineadas a partir desse quadro, em que a agricultura praticada em padrões capitalistas tem, ou eliminado, ou alterado dramaticamente os sistemas tradicionais de produção.

Tendo em vista que as alterações nos processos produtivos têm sido intensas e dinâmicas, é relevante a discussão sobre a capacidade de adaptação e os limites competitivos da pequena produção nos projetos de desenvolvimento rural, elaborados a partir de uma abordagem tecnocrática.

Essas últimas colocações devem ser consideradas nas análises, uma vez que a pequena produção normalmente depende de incentivos governamentais, principalmente no que se refere à concessão de crédito agrícola e à criação de programas especiais destinados aos produtores rurais de baixa renda.

Contudo, a forma como essa questão de pesquisa será tratada deve ter em conta um outro aspecto, igualmente importante, apontado por Brown (1994), em que discute o risco de a pesquisa acadêmica transformar-se em um instrumento de legitimação de atitudes e interesses parciais ao adquirir uma perspectiva administrativa caracteristicamente conciliatória e consensual.

¹¹ Neoliberalismo – conceito político-econômico que se caracteriza basicamente pelo afastamento do Estado dos setores produtivos, passando a produzir políticas compensatórias.(nota da autora)

Quanto a este ponto específico, o alerta de Brown (1994) é válido e perfeitamente legítimo, devendo ser considerado seriamente. No entanto, esse risco de que fala deve ser avaliado cuidadosamente, pois a atividade de pesquisa deve evoluir na busca de soluções possíveis para os problemas sociais que se apresentam. E, esse esforço exige de todos aqueles envolvidos com as questões do desenvolvimento um despojamento de espírito e uma abertura constante para novas e desafiantes possibilidades, ainda que estas pareçam consensuais.

Se não houver uma consciência clara dos riscos envolvidos, a pesquisa sobre o desenvolvimento tende a se cristalizar sob essa ou aquela perspectiva teórica. Nessa situação, os pesquisadores tenderiam a se tornar reféns da própria atividade de pesquisa de qualquer forma.

Para exemplificar essa situação, poder-se-ia argumentar que as dificuldades e pressões enfrentadas por projetos de desenvolvimento baseados na tecnocracia e, conseqüentemente, no uso intensivo de capital exigiriam da pesquisa acadêmica um esforço multidisciplinar e árduo para encontrar soluções factíveis e, se possível, equânimes para os problemas que enfrentam atualmente.

Nesse caso, semelhante esforço poderia ser classificado como uma busca por resultados conciliatórios e desde o início comprometidos. Realmente, essa possibilidade existe, daí a necessidade por um rigor e uma consciência maiores do trabalho que se pretende realizar.

Sempre haverá algum tipo de comprometimento dos resultados encontrados pelas pesquisas, mas será exigida maior ousadia daqueles que se arriscarem a tentar algo novo. Mesmo que esse ousadia implique comprometer-se, pois a questão do consenso não está restrita ao comprometimento “externo”, no sentido da pesquisa vista como uma consultoria, conforme Brown (1994). O consenso pode também existir no nível da produção intelectual e, dessa forma, condicionar sua condução e realização.

O grande desafio da pesquisa em desenvolvimento, particularmente do desenvolvimento rural, reside nesse ponto, considerada a perspectiva assumida pelo presente estudo.

Essa não é uma tarefa simples, mas que se pretende buscar através da realização desse trabalho, cujo objeto é justamente um projeto de desenvolvimento concebido a partir de bases técnicas, onde a pequena produção encontra-se, também, inserida.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA E ÁREA DE ESTUDO

A ciência trabalha com uma realidade construída. No entanto, a construção de um objeto não esgota sua complexidade e, ainda que parcialmente e relativamente, deve-se conhecer bem o objeto construído para que não se transforme num objeto inventado. Assim, a metodologia vista como um processo afasta a idéia de uma ciência acabada, com resultados garantidos, transformando-a numa atividade relativa ou até mesmo hipotética. A questão metodológica torna-se, então, um problema infundável (Demo, 1985).

A assunção de uma dada postura metodológica passa a ser uma alternativa epistemológica, ou seja, admitir que é o objeto que comanda o processo de conhecimento, ou que esse processo é comandado pelo sujeito (Oliveira, 1992). São perspectivas opostas, mas não excludentes entre si e podem ser adotadas pelo pesquisador, desde que este o faça de forma consciente. Aqui, acredita-se no poder e na possibilidade da razão na busca do conhecimento (Alencar, 1999).

Indiferentemente à alternativa epistemológica adotada, em se tratando da pesquisa em ciências sociais, deve-se estar sempre alerta para que suas análises e estudos não se transformem em senso comum, ou mesmo em instrumento político de estruturação da sociedade (Alencar, 1999). Esse cuidado requer não só um alto grau de habilitação por parte do pesquisador, como também sua vigilância constante durante o processo de construção do conhecimento. Porém, fatores relacionados à sua visão de mundo, objetivos, formação, entre outros têm grande influência na condução de seu trabalho (Alencar, 1999); (Denzin e Lincoln, 1994); (Trivinos, 1987); (Demo, 1985); (Hirano, 1979).

Por outro lado, Thiollent (citado por Monteiro, 1991) comenta que os riscos envolvidos, mesmo em pesquisas de natureza diferente, não estão eliminados e são os mesmos, podendo ser verificados no decorrer de sua realização. A superação desses riscos está, segundo esse autor, no embasamento metodológico, ainda que este não represente um conjunto de regras e princípios definidos a priori.

Oliveira (1988) discute essa questão através da neutralidade possível em ciências sociais. Argumenta que a despeito das diversas visões sociais do mundo, o saber científico deve submeter-se a regras objetivas, apoiado nos fatos sistematicamente controlados.

Para desenvolver essa colocação, ainda o mesmo autor sustenta a existência de dois tipos de neutralidade. A neutralidade *lato sensu* e a neutralidade *strictu sensu*. O primeiro tipo, aplicado à atividade científica como um todo, é impossível. O segundo tipo seria aplicado no instante em que os fatos da realidade empírica são colhidos de forma sistemática e controlada. É nesse momento que o pesquisador deve adotar uma postura neutra; condição necessária para que o conhecimento produzido seja objetivo. “E, nesse caso, em alguma medida, a questão da neutralidade nos procedimentos que levam à demonstração reaparece ...insidiosa e insistente!”(Oliveira, 1988:122).

3.1 A opção pela pesquisa qualitativa

A natureza do problema de pesquisa foi determinante para que se adotasse uma abordagem qualitativa de seu estudo, considerada adequada aos objetivos pretendidos.

A pesquisa qualitativa tem representado uma revolução nas ciências sociais nas últimas duas décadas. Ainda assim, está longe de possuir um

conjunto de princípios estabelecidos, ou mesmo um conceito preciso, pois trabalha basicamente com tensões, contradições, hesitações (Trivinös, 1987).

Para Denzim e Lincoln (1994), qualquer tentativa de descrever o que constitui a pesquisa qualitativa deve considerar o campo histórico complexo com o qual ela trabalha. Significa dizer que o pesquisador estuda o objeto em seu meio, tentando interpretar os fenômenos ou dar-lhes sentido no que se refere aos significados atribuídos a esse dado objeto.

Ao utilizar uma metodologia qualitativa na construção do conhecimento, o pesquisador realiza um trabalho de bricolagem, como num quebra-cabeças, trabalhando, muitas vezes, dentro de e entre perspectivas e paradigmas sobrepostos e competitivos (Denzim e Lincoln, 1994).

3.2 Triangulação de dados

Para dar o suporte necessário à realização desta pesquisa, foi empregada a técnica de triangulação de dados. Seu principal objetivo é alcançar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Seus princípios se baseiam na concepção de que a existência de um fenômeno social é culturalmente significativa, possui raízes históricas e vincula-se de forma estreita e essencial à macrorrealidade social (Trivinös, 1987).

Consiste no estabelecimento de três dimensões analíticas que são:

i) Processos e produtos centrados no sujeito - produzidos através da observação livre ou dirigida; da aplicação de questionários; da realização de entrevistas, além de processos e produtos centrados no próprio sujeito;

ii) Elementos produzidos pelo meio - representados pelos documentos internos ou externos; instrumentos legais; instrumentos oficiais(políticas de ação, diretrizes, atas de reuniões, etc.);

iii) Processos e produtos originados pela estrutura econômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito - relaciona-se aos modos de produção; às forças e relações de produção; à propriedade dos meios de produção e às classes sociais.

3.3 Objeto de estudo e coleta de dados

Foram selecionadas apenas as glebas, também chamadas áreas, totalmente implantadas e destinadas ao assentamento de pequenos produtores em lotes familiares¹². As áreas pesquisadas foram: Área F; Área C₃ e Mocambinho (Frentes I, II e III). (TABELA 3)

TABELA 3 – Número total de produtores e área irrigável por cada perímetro pesquisado

Perímetro	Número de Produtores	Área irrigável (ha)
Mocambinho	161	709,50
Área F	323	1651,10
Área C ₃	57	293,90
Total	541	2654,50

Fonte: Relatório de assistência técnica nº 54 - agosto/setembro de 1996. PLENA-Consultoria de Engenharia Agrícola Ltda.

Utilizou-se o critério não-probabilístico por julgamento para a determinação das amostras. As áreas a serem pesquisadas foram definidas com

¹² Lote familiar: “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva a força de trabalho disponível, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, podendo recorrer, eventualmente, à ajuda de terceiros. Sua dimensão deverá corresponder à área mínima de produção capaz de assegurar a promoção econômica e social do irrigante e sua família, constitui-se propriedade indivisível e resolúvel, ou seja, só podem ser revendidos à CODEVASF ou a comprador expressamente autorizado por ela.” (Januzzi, 1995: 14)

base nos seguintes critérios: somente aquelas destinadas ao assentamento de pequenos produtores e que já estivessem totalmente implantadas.

Foram entrevistados os produtores enquadrados nas categorias Fraco; Médio e Ótimo, segundo os parâmetros de avaliação dos técnicos responsáveis pela assistência técnica e de membros da diretoria do Distrito de Irrigação Jaíba. Estas categorias foram criadas por esses técnicos que, da mesma forma, classificaram os produtores entrevistados em cada uma delas. As amostras foram estratificadas conforme está indicado na TABELA 4:

TABELA 4 – Amostra de produtores entrevistados por cada perímetro pesquisado

Perímetro Irrigado	*Classificação dos Produtores			Total por Perímetro
	Fracos	Médios	Ótimos	
Área F	10	10	10	30
Mocambinho	5	5	5	15
Área C3	2	2	2	6
Total por estrato	17	17	17	-
Total Geral	-	-	-	51

*Os produtores foram classificados segundo parâmetros de julgamento institucionais e não-oficiais baseados, principalmente, em critérios técnico-econômicos, tais como produtividade, adoção de tecnologia e renda.

A pesquisa de campo realizou-se entre os meses de julho e agosto de 1997. Foram aplicados questionários semi-estruturados sob a forma de entrevistas gravadas diretamente com os colonos; sempre que estes concordavam. Estas entrevistas ocorreram ou em seus lotes, ou em suas casas, muitas vezes com a participação de suas esposas, amigos e vizinhos que porventura estivessem presentes.

Quando alguns produtores não eram encontrados em suas casas ou lotes, coube ao pesquisador efetuar sua substituição, utilizando seu próprio julgamento ou seguindo indicações de outros produtores.

Também foram entrevistados 4 membros responsáveis pela assistência técnica, sendo 3 engenheiros agrônomos, 1 técnico de campo e 4 membros responsáveis pela administração direta do projeto: 2 dirigentes e 2 coordenadores. Assim como 2 comerciantes (também denominados “atravessadores”), 2 membros da equipe prestadora do serviço de comercialização da banana, o “Agente de Desenvolvimento” do Banco do Nordeste e alguns moradores de Mocaminho.

Dessa forma, a amostra inicial ultrapassa o número de 51 produtores entrevistados, se somada às conversas informais e às entrevistas feitas com os responsáveis pela parte técnica, administrativa, comercial e financeira do Projeto Jaíba:

Cabe observar que a classificação dos produtores, bem como a sua indicação, embora tenham sido feitas pelos órgãos de assistência técnica e administrativa, não foram consideradas impositivas. O pesquisador, ao realizar suas entrevistas, esteve sempre só e sentiu-se à vontade para conduzir seu trabalho. Esta afirmação é também válida para as entrevistas realizadas com membros do corpo técnico e administrativo do Projeto Jaíba.

Outras técnicas como a observação do tipo não participante, anotações de campo e análise documental também foram utilizadas.

Em princípio e por princípio, não existe a intenção de classificar esta pesquisa como aplicada, ainda que suas características apontem nesse sentido. A dicotomia entre pesquisa aplicada e teórica é relativa, pois seus resultados dependem do uso que a sociedade deles fará (Hirano, 1979).

3.4 Descrição das áreas estudadas

3.4.1 Mocambinho

Possui uma área total de 2670 hectares, entretanto, os números relativos à área útil irrigável variam de 1047 ha (ECOPLAN/ MAGNA, 1995) a 709,50 ha (54^o Relatório de assistência técnica da PLENA, 1996).

São 203 lotes irrigados por infiltração (irrigação feita por sulcos). Está em andamento o Programa de Reabilitação do Sistema Parcelar de Mocambinho, objetivando a implantação da irrigação por aspersão convencional.

A área de Mocambinho se divide em três vilas que são chamadas Frente I, Frente II e Frente III . Instalada em 1977, constitui a primeira área destinada ao assentamento de pequenos produtores.

Até à época da configuração dos lotes em cerca de 5 ha cada um, o que ocorreu entre 1986 e 1987, alguns dos produtores chegaram a plantar cerca de 20 ha de algodão, pois não havia ainda qualquer tipo de sistema de irrigação implantado.

A RURALMINAS foi o órgão responsável pelo assentamento, sendo que alguns produtores foram assentados há mais de dez anos. Entre eles, os primeiros 25 colonos. Segundo dados fornecidos pela PLENA, conta com 161 produtores atualmente.

A cultura predominante nos lotes é a banana, tendo em vista, principalmente, o sistema de irrigação por sulcos.

Os produtores não moram em seus lotes, moram nas vilas denominadas Frentes. Inicialmente, produziam, basicamente, algodão, feijão, arroz e milho, sendo que nos primeiros anos não se fazia ainda o uso de qualquer sistema de irrigação. O algodão era a principal cultura.

É, também, a única área onde os produtores receberam uma casa de alvenaria para morar. Entre as três áreas pesquisadas, é aquela que está mais proximamente localizada do centro administrativo e técnico do projeto (FIGURA 2).

3.4.2 Área C₃

Instalada em 1992, possui uma área total de 693 ha e área útil irrigável de 313 ha. São 60 lotes irrigados por aspersão convencional individualizada.

O assentamento dessa área data de meados de 1993 e é a menor das áreas, com apenas 57 produtores que moram no próprio lote, onde também trabalham. Não há Núcleos Habitacionais como na Área F. Dentre as áreas pesquisadas, foi a primeira onde os produtores assentados foram selecionados pelo Distrito de Irrigação (DIJ).

“Os agricultores foram selecionados dentre os colonos da área de Mocambinho que nunca receberam lotes irrigados ou dentre seus filhos e parentes diretos, a partir de critério de avaliação definido com a participação dos produtores, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, trabalhadores rurais e outros profissionais residentes na área” (Januzzi, 1995: 20).

Destaca-se a cultura da banana, porém são encontradas frutas como limão, goiaba, coco, entre outras, além de culturas de subsistência como a do feijão (FIGURA 2).

3.4.3 Área F

Ao contrário da área C₃ e de Mocambinho, é a maior das áreas pesquisadas. Possui uma área total de 2336 ha e área útil irrigável de 1792 ha.

Instalada em 1988, possui 323 produtores que foram selecionados pela RURALMINAS e assentados a partir de 1989. Esses produtores moram e trabalham na própria parcela, sendo que foram definidos dois Núcleos Habitacionais (NH1 e NH2) no interior dessa área afim de que, caso desejassem, pudessem também residir nesses núcleos, adquirindo lotes residenciais em condições financeiras favorecidas.

De acordo com Januzzi (1995:20), “prevaleceram os critérios de assentamento baseados na capacidade de geração de força de trabalho. Assim, os candidatos deveriam ser casados, oriundos da região, não possuir terras e o número de filhos era ponderado favoravelmente ao candidato.”

Tanto na área F como na C₃, os produtores assentados receberam o lote desmatado, arado, gradeado e metade (2,5 ha) plantado com culturas de subsistência como o feijão, o arroz e o milho. Recebiam também cestas básicas por um período de 6 meses.

Para erguerem sua primeira moradia, receberam alguns metros de lona, telhas de amianto e uma fossa, basicamente.

O sistema de irrigação é por aspersão convencional. A Área F se divide em 8 sistemas agrupados dois a dois e cada um deles possui em média 40 a 43 lotes num total de 342 lotes de 5 hectares. A divisão por sistemas deve-se ao fato de a irrigação ser feita através de pressurização coletiva. Os produtores têm direito a 14 horas de irrigação por dia. Isso implica uma irrigação simultânea em todos os lotes, acarretando uma série procedimentos técnicos que devem necessariamente ser seguidos a fim de que todos sejam beneficiados igualmente.

Esta área apenas recentemente dispõe de energia elétrica, assim como todas as áreas destinadas ao assentamento de pequenos produtores no projeto.

Os produtores assentados tiveram um ano de carência antes de efetuar o pagamento das contas de água, que são cobradas mensalmente e têm seu valor calculado por hectare. Esse critério também foi utilizado na Área C₃.

Predomina o cultivo da banana. Porém, cultiva-se ainda cebola, feijão, arroz, tomate e frutas como limão, mamão, coco, melancia, uva e goiaba. Além da cultura da banana, essas são as culturas que mais se destacam (FIGURA 2).

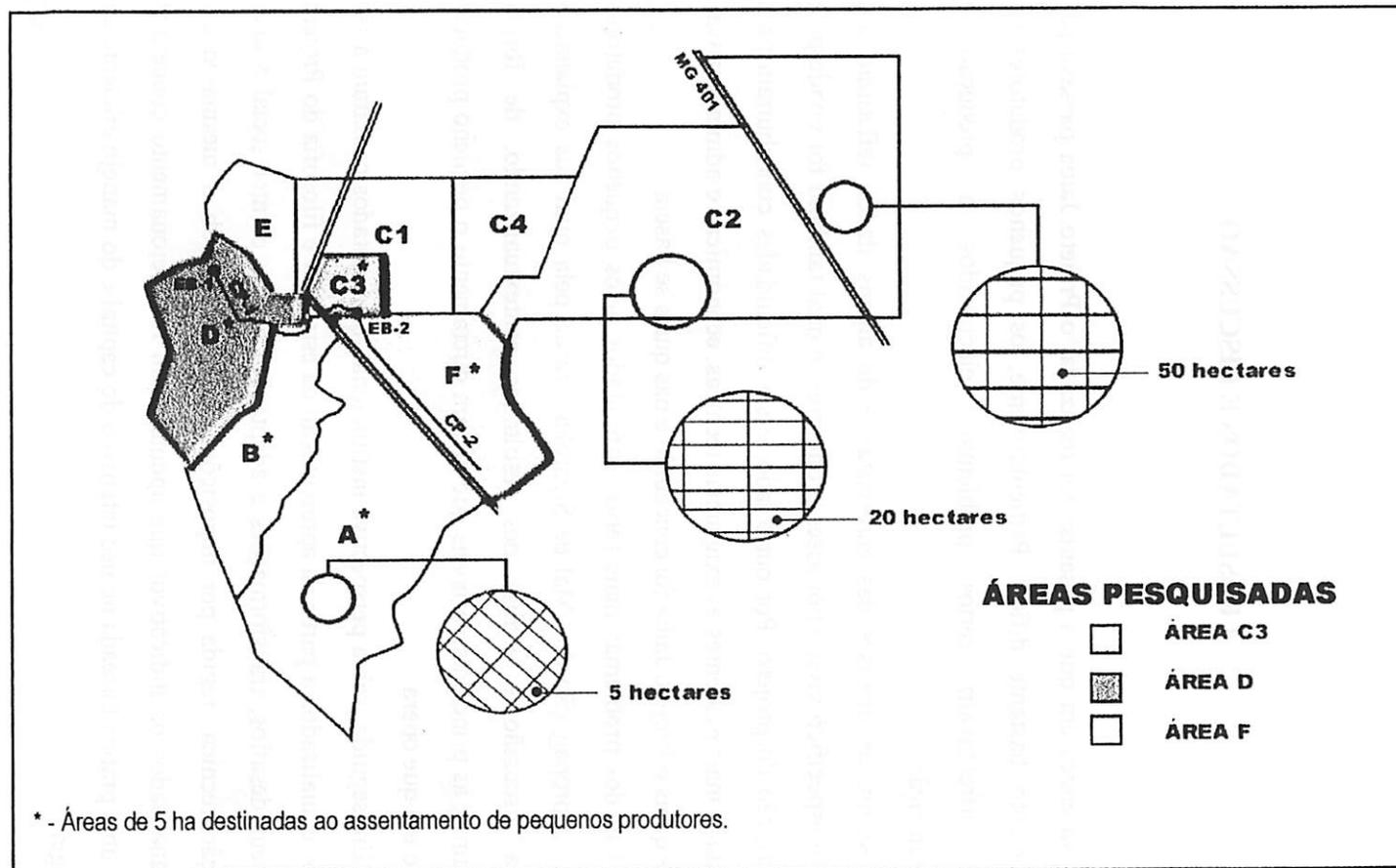


FIGURA 2 – Projeto Jaíba – Etapa I – Áreas Pesquisadas.
 FONTE: Adaptado de Ferreira (1993).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na época em que a pesquisa foi realizada, o Projeto Jaíba passava por um momento bastante difícil. Particularmente, os pequenos produtores de banana enfrentavam sérios problemas relacionados à produção e comercialização.

Assim, as análises das entrevistas e de alguns dados refletiram um momento específico vivido por esses produtores, o qual também foi vivido pela administração do projeto. Por outro lado, essas dificuldades contribuíram para tornar ainda mais evidentes as exigências técnicas, econômicas e administrativas sobre as quais o Projeto Jaíba foi concebido e nas quais se baseia.

Um dos problemas mais sérios enfrentados pelos pequenos produtores refere-se à propagação do “Mal de Sigatoka”, razão pela qual sua explanação inicia a discussão e análise dos resultados contextualizando, de forma conseguinte, as principais variáveis que afetam diretamente o pequeno produtor e o meio em que opera.

Em seguida, sob a perspectiva institucional, os resultados passaram a ser expostos e analisados a partir da apresentação da estrutura e filosofia do Projeto Jaíba, seus desafios; transformações e adaptações de seu caráter social a uma concepção técnica, regida por imposições econômicas. Sob a mesma visão, foram analisados os indicativos que apontam um redirecionamento conceitual rumo a uma prática baseada no uso intensivo do capital e do manejo eficiente da tecnologia.

Tendo em vista estas alterações conceituais, surgiu a necessidade de que também fossem apresentadas as especificidades de comercialização da banana. Isso porque a bananicultura é a cultura predominante entre os pequenos produtores, bem como sua principal fonte de renda. As características de todo seu processo de comercialização contribuíram para definir, ainda mais, as exigências técnicas sob as quais os pequenos produtores devem trabalhar visando a um retorno financeiro que, pelo menos, sustente sua atividade agrícola.

Foram apresentados os parâmetros de avaliação empregados pela assistência técnica do projeto. Esses parâmetros visam à diferenciação paulatina dessa prestação de serviço, significando um processo de diferenciação e exclusão entre aqueles que adotam ou não a técnica de produção recomendada.

Os produtores foram então analisados segundo a classificação que receberam extra-oficialmente dos órgãos responsáveis pela administração e pela assistência técnica. Finalmente, foram expostas e analisadas as opiniões que todos os produtores entrevistados têm do Projeto Jaíba.

4.1 O “Mal de Sigatoka”

O primeiro deles referia-se à propagação, praticamente descontrolada, do “Mal de Sigatoka”. Trata-se de uma doença causada por fungos, que se propaga pelo ar e de ocorrência exclusiva em bananais.

Alguns fatores contribuíram para que o problema se agravasse. O período chuvoso anterior havia sido muito intenso, criando as condições para o surgimento da doença, pois os fungos necessitam de um ambiente quente e úmido para surgir e se propagar. Como a área plantada com banana se tornou extensa, a doença alastrou-se rapidamente. Não bastasse isso, somaram-se os

fatos de serem as áreas dos pequenos produtores vizinhas umas às outras e de serem cortadas por canais de irrigação a céu aberto, o que impossibilitava a pulverização por via aérea.

A proximidade entre as pequenas propriedades transformou-se em um problema, pois o combate à propagação da doença dependia de que todos os produtores aplicassem o fungicida indicado, mensalmente, enquanto fosse necessário. Isso implicava não só maiores gastos com a manutenção do bananal, como também uma maior predisposição para uma ação coletiva que visasse a um combate efetivo da doença.

Ficou claro que, para uma maioria considerável de produtores, esse controle mensal, através da aplicação de fungicidas, era inviável economicamente. Além disso, veio à tona uma flagrante indisposição para uma ação coletiva espontânea, ainda que fossem todos pequenos produtores vivendo o mesmo problema. Alguns se mostravam descrentes quanto ao sucesso de tal programa. Entre esses, muitos estavam entre os mais descapitalizados.

A situação chegou a tal ponto que medidas emergenciais foram tomadas com a finalidade de controlar o problema. Criou-se o PROCOMASI (Programa Cooperativo de Combate ao Mal de Sigatoka). A meta proposta era a de efetuar, no prazo de dois anos, o controle dessa doença em 100% dos bananais do Projeto Jaíba. Esse programa envolveu todos os produtores de banana, bem como todos os órgãos institucionais ligados ao projeto.

A criação desse programa foi motivo de muita celeuma entre os produtores, pois cada bananicultor deveria pagar mensalmente a cota equivalente a R\$2,50 por hectare de banana plantado, independentemente da idade do bananal.

Essa foi a única forma encontrada para arrecadar recursos que financiassem a aplicação do fungicida nos bananais dos produtores descapitalizados.

O não pagamento dessa cota, feito através de carnês mensais, poderia implicar sanções como: cortes do subsídio da água; do serviço da assistência técnica ou comercial; cortes de financiamento de Crédito Rural e até mesmo a erradicação do bananal de quem não efetuasse a pulverização, com ônus para o proprietário.

As reclamações por parte de muitos produtores se baseavam no argumento de que aqueles que conduziam corretamente o seu lote não deveriam pagar por outros considerados, entre os próprios produtores, “relapsos, negligentes e preguiçosos”.

Assim, configurava-se um dos grandes problemas enfrentados pela administração do projeto e pelos pequenos produtores. Isso porque as conseqüências causadas pelo agravamento da questão envolviam a queda de qualidade, de produtividade e de preço da banana. Esses três pontos são determinantes para sua competitividade no mercado, garantindo uma renda satisfatória para os produtores.

Um outro problema refere-se à maneira através da qual o projeto vem sendo administrado, ou seja, como os problemas que afetam os pequenos produtores têm sido vistos e tratados por seus responsáveis dirigentes. Para uma melhor compreensão desse aspecto, as sessões seguintes tratarão de expor a visão institucional a respeito do projeto. Dessa forma fornecendo uma outra perspectiva para a análise do problema de pesquisa.

4.2 Estrutura e filosofia do Projeto Jaíba: a visão institucional

A filosofia do projeto tem se baseado no desenvolvimento da região através de um processo de ocupação de terras em estratos diferentes, compostos pelo produtor assentado (também denominado colono), o pequeno, o médio e o

grande empresário. Acredita-se que somente a estratificação diferenciada dos produtores será capaz de verticalizar o projeto:

“Porque os pequenos, médios empresários têm condições de verticalizar isso aqui, trazer recursos, tecnologia e gerar empregos.” (coordenador A)

Parte-se do princípio de que o processo de assentamento, com a posterior e conseqüente doação das terras não é suficiente. Esse processo deve ter como meta a geração de empregos, num sentido expansionista da acumulação do capital. Nesse caso, o pequeno produtor assentado em um lote de 5ha tem possibilidades limitadas para se desenvolver:

“Ele é capaz de, até certo ponto, se desenvolver ali dentro e gerar sua própria mão-de-obra, mas em determinados momentos ele têm que vender a mão-de-obra dele. Enquanto o lote dele estiver todo plantado ele vai no lote de outros trazer mais recursos [vender sua mão-de-obra] para poder capitalizar dentro do seu lote.”(coordenador A)

Dessa postura assumida pela administração do projeto decorre a necessidade de haver outros estratos de produtores, não só porque eles assim acreditam, mas porque assim o projeto está estruturado. O principal objetivo é estabelecer uma estrutura produtiva altamente tecnificada, porém geradora de emprego.

Todavia, essa postura apresenta uma forte tendência seletiva e excludente, no que se refere ao pequeno produtor. Há também um contra-senso nesse propósito, visto que processos produtivos tecnificados são poupadores de mão-de-obra:

“E essa mão-de-obra vem dos próprios indivíduos menores que estão aqui dentro. Exemplo: um produtor com 100ha de uva: em determinados momentos ele vai demandar uma mão de obra tão intensa que ele vai dar emprego pra esse pessoal todinho. Ai se consegue girar essa mão de obra aqui dentro, girar o recurso aqui dentro que vai retornar para os próprios lotes.”

Cria-se um processo de crescimento da própria escala social através da aquisição de bens econômicos.”(coordenador A)

A expectativa mais otimista é a de que haverá produtores assentados em lotes de 5ha em condições de melhorar seu padrão de vida. Adverte-se, entretanto, que essa situação, mesmo hipotética, não permite transformar essa possibilidade em um fim em si mesma:

“Não naquela filosofia do ‘cantinho’ que ele tem, porque esse sentimentalismo de ‘cantinho’ tem que ter mesmo, mas o ‘cantinho’ muito mais no sentido empresarial, no sentido amplo, econômico; no sentido de mercado. Não naquele sentido pejorativo de coitadinho. O indivíduo tem que pensar: eu tô numa parcela mínima de 5ha mas sou capaz com a minha experiência, com a minha gerência, com a assistência técnica de qualidade com crédito rural oportuno, com o mercado estruturado eu seja capaz de me manter dentro do sistema, enfrentando o mercado que tá aí, com a mesma competência dos grande.” (dirigente F)

Considerando tais colocações, tanto a filosofia, quanto a estrutura do projeto são demonstradas e apresentam-se bastante definidas. Essa postura influencia, direta ou indiretamente, sua administração e desenvolvimento, refletindo as expectativas e perspectivas institucionais.

4.2.1 Os desafios do Projeto Jaíba

A política adotada pela administração em relação ao produtor assentado sofreu algumas alterações, mas continua a oferecer o suporte básico inicial para todos os pequenos produtores:

“A política é continuar com a mesma filosofia antiga, ou seja, o colono chega, é assentado, tem o apoio inicial pra produzir a primeira safra, metade do lote plantado, uma série de outros equipamentos...” (dirigente D)

Porém, o maior desafio do projeto é realizar os ajustes impostos por uma conjuntura social e econômica mais restritiva:

“Falava sobre a necessidade de ajuste no projeto...a dificuldade que se tem hoje é que ele [o produtor] tem que rapidamente entrar nas condições de mercado normal da agricultura brasileira, principalmente porque o governo já não tem disponibilidade financeira para apoiar o produtor se ele fracassar na primeira, segunda safra...”(dirigente D)

Diante disso, questionou-se a possibilidade de já estar ocorrendo uma alteração dessa filosofia:

“Esse é o ajuste de que estávamos falando: o colono ou cai dentro dessa nova filosofia ou ele vai ser expurgado naturalmente pelas próprias circunstâncias do projeto.” (dirigente F)

Esses ajustes refletem uma preocupação com o aumento da produção, através da produção em escala, orientada para o mercado:

“Há uma tendência hoje muito grande com essa modernização de você ter escala. A margem de rentabilidade vem diminuindo gradativamente. Hoje, pra manter a renda de antes é preciso ter uma escala maior de produção. Ganha-se menos, mas é preciso ter volume de produção e pra isso é preciso ter mais área. Não naqueles 5ha. pra se ter volume. Isso está ocorrendo principalmente com grãos” (dirigente D)

Essa última observação elimina definitivamente a alternativa de o projeto vir a se orientar para a agricultura familiar de subsistência, em pequena escala, porém utilizando a tecnologia de irrigação. Conforme discutido no referencial teórico. Aliás, em vários momentos das várias entrevistas realizadas com todos os dirigentes, coordenadores, engenheiros e técnicos responsáveis, sem exceção de nenhum deles, esse fato ficou patentemente demonstrado.

Em sua fala, um dos dirigentes executivos do projeto, ressalta a urgência para que se altere radicalmente o caráter atual do projeto. A preocupação é com sua sustentabilidade e viabilidade:

“E nós vamos ter que chegar, se não nós dançamos. Nós não podemos pensar em produtividade baixa aqui não. Senão, estamos fora. Tem que ter alta produtividade. Nós temos que caminhar rápido, vencer logo essa distância. Por exemplo, Petrolina começou isso antes, 1970, nós estamos começando isso aqui agora. Petrolina gastou 20 e tantos anos pra chegar num alto nível de produtividade. Nós num precisamos gastar tudo isso, a gente vai lá e copia a tecnologia e traz pra cá.” (dirigente D)

Os administradores têm consciência dos problemas enfrentados. No entanto, sua maneira de administrá-los decorre da forma pela qual estes são percebidos. Isto significa dizer que sua concepção dos problemas determina as estratégias e expectativas presentes e futuras em relação ao projeto:

“Então agora chegou a hora da verdade: o produtor que começou a abandonar a lavoura está tendo prejuízo. Ele tá numa situação de desespero e é normal isso, é tranqüilo. Analiso sem muita dor de cabeça.” (dirigente F)

Observou-se que essa concepção administrativa possui metas de desenvolvimento que dificilmente atendem aos interesses e necessidades dos pequenos produtores que hoje lá se encontram descapitalizados ou pauperizados. Algumas declarações feitas por seus principais dirigentes quanto ao caráter social do projeto, confirmam essa perspectiva de desenvolvimento:

“Esse é grande desafio e a grande incógnita do projeto. Nós temos que dar uma resposta rápida, tá no ‘appraisal’ com o Banco Mundial: levar oito anos pro sujeito assentado hoje navegar sozinho, mas nós não temos esse tempo. Porque se esse pessoal não se emancipar, crescer, ter renda no menor espaço de tempo possível, ele (o produtor) vai dançar e não vai ser a gente que vai botar ele pra fora, não é o governo...são as condições de mercado.” (dirigente D)

Ao mesmo tempo, esse coordenador se considera otimista porque se não houvesse o projeto, segundo ele, a região estaria condenada, fatalmente, à pobreza e ao esquecimento. Uma região que sofreu uma exploração predatória do carvão vegetal nativo, sem infra-estrutura social e com uma forte tendência para se transformar numa região expulsora de mão-de-obra. Esse é um de seus mais fortes argumentos para considerar que o projeto cumpre, sim, um importante papel social, desenvolvendo e consolidando novos centros urbanos como Jaíba, Janaúba e Montes Claros, por exemplo.

Percebeu-se, através das entrevistas, que as falas dos dirigentes e coordenadores estão repletas de elementos macroestruturais. Esse fator pode ser explicado pelo fato de se manterem, boa parte do tempo, afastados do dia-a-dia do projeto, tratando de questões que, muito provavelmente, jamais serão do conhecimento dos pequenos produtores. É para isso que estão preparados para raciocinar: sobre prazos, planejamentos, execução e controle de metas preestabelecidas. Sempre considerando as relações estruturais em primeiro lugar.

Todavia, teve-se a impressão de que, durante as entrevistas, sentiam-se quase compelidos a adotar um discurso que poder-se-ia chamar socializador, ou social. Porque caso não o fizessem, era como se receassem ser considerados pouco ou nada preocupados com o aspecto social conflituoso existente em relação aos pequenos produtores do Projeto Jaíba.

Esse foi, sem dúvida, um dos grandes contrastes verificados no discurso oficial, pois ao tentar conciliar relações inconciliáveis, faltava-lhe a clareza e a objetividade com as quais essas mesmas relações devem ser tratadas. Por exemplo, os administradores entrevistados não admitem qualquer duplicidade quanto aos objetivos do Projeto Jaíba. No entanto, seu discurso é cheio de imprecisões e generalizações e constitui-se de argumentos contraditórios entre si:

“ O projeto nunca teve e nunca terá duplo papel. Se o governo optou por desenvolver a região, tem que assumir o ônus social disso... mas nós estamos dentro de um sistema de mercado, onde só vão sobreviver os competentes.” (coordenador A)

Segundo a opinião dos dirigentes e coordenadores, o projeto deixou de ser somente um projeto de irrigação e passou a ser um projeto de desenvolvimento regional. Sob essa perspectiva, alcançaria, também, os setores secundário e terciário da economia. Quanto à função social do projeto, são afirmativos:

“Se num existisse isso aqui esse povo tava onde, fazendo o quê? Não têm habilidades para outras coisas...isso sem falar em marginalidade, prostituição, drogas.” (dirigente D)

“O pessoal chega, recebe tudo...tá precário, mas não é inferior ao que eles tinham antes não. É uma reforma agrária de mão cheia...”(dirigente F)

“Agora sob o aspecto social, o benefício continua o mesmo, porque ele [o produtor ótimo] tem três áreas [15ha], mais tem mais empregados. Porque a concepção inicial era tocar um lote de 5ha com a mão-de-obra da própria família. Ele tendo três lotes, o número de beneficiados continua o mesmo, porque eles [os empregados] têm salário, saúde, educação...têm as mesmas coisas...” (dirigente D)

Através de seus discursos, pôde-se perceber o que de fato os administradores entendem por função social do Projeto Jaíba:

“O indivíduo não tinha moto, hoje tem; não tinha casa, hoje, tem; não tinha casa na Jaíba, hoje, tem; não tinha lote em Janaúba, hoje, tem....”(coordenador A)

“Mas eu acho que de qualquer forma o projeto atinge seu objetivo social. Porque a pessoa chega aqui ela não tem recurso nenhum, se ela vender o lote, com o ágio ela pode tocar um outro negócio. Beneficia aquele que não se adaptou também. Porque a agricultura irrigada é muito diferente dessa

agricultura de sequeiro. Ela é como uma linha de produção: clima, água, temperatura no pé da planta se produz nos doze meses direto.” (dirigente F)

E, em relação a essa última fala, alguns aspectos sobre a venda do direito de ocupação dos lotes precisam ser considerados. Até o presente momento, legalmente esse direito não pode ser vendido da forma como vem acontecendo e, ao que parece, sempre aconteceu:

“Fazemos vista grossa pra isso, senão ia ser mais complicado...”(coordenador D)

Segundo, porque atualmente é muito difícil encontrar quem queira comprar um lote de 5ha. Não se encontram compradores facilmente hoje. Terceiro, porque ao vender seu direito de ocupação a outrem, aquele que sai deve antes quitar todas as suas dívidas junto ao DIJ. E por último, o Conselho Fiscal dos produtores deliberou que quem vier a ‘comprar’ os lotes deverá pagar o custo real da água.

Assim, caso o produtor tenha feito investimentos em seu lote e/ou tenha dívidas, as chances de que ele recupere financeiramente algum investimento feito ou saia em condições de abrir um outro negócio são pequenas.

Depreendeu-se dessas falas que os problemas ocorridos nesse nível, de fato, não constituem problemas para a administração. Chegou-se a essa conclusão devido à natureza macroestrutural através da qual estes são percebidos e administrados.

4.2.2 Transformações e adaptações do caráter social do Projeto Jaíba à sua concepção técnica e a exigências impostas por restrições econômicas

Embora esse projeto tenha sido concebido na década de 70, somente teve seu caráter social configurado por volta de 1987/1988. Nessa época, foram

elaborados os projetos executivos para a implantação das áreas irrigadas que seriam destinadas ao assentamento dos pequenos produtores. Entretanto, não existia uma idéia clara sobre como administrar essas áreas de assentamento, muito menos de prever suas conseqüências:

“Agora tem que ver o seguinte: tudo isso aqui são coisas novas, é um processo novo, é uma escola porque o próprio país não tinha experiência nesse tipo de desenvolvimento com irrigação. A gente também tá num processo de aprendizagem. A gente já fez muita besteira, mas hoje a gente já tem uma certa experiência que mostra pra gente o que dá certo, o que dá errado...projeto como o Jaíba é o último.” (dirigente D)

Ainda na década de 70, no início do programa de assentamento dos pequenos agricultores, os procedimentos eram outros, havia mais recursos também. Por exemplo, ao chegar ao projeto, o produtor selecionado para o assentamento passava três meses numa espécie de internato, que era chamado CTI (Centro de Treinamento Intensivo).

Durante esse período de internato, recebiam desde uma escova de dentes, toalha de banho, até aulas de higiene. Tinham uma alimentação balanceada e ganhavam um salário mínimo. Após esses três meses, ganhavam uma enxada, tubos de irrigação e eram, então, encaminhados para seus lotes.

No entanto, logo a administração decidiu terminar com esses procedimentos. Primeiro, por considerá-los paternalistas e ineficientes. Segundo, e mais importante, por seu alto custo. Considerou-se, inclusive, ser uma decisão que visava à preservação do *modus vivendi* do produtor, quando de fato o principal objetivo era o de reduzir os custos do assentamento:

“...e falava pra ele: agora vai trabalhar. Ele respondia: ‘não quero, quero ficar interno’. Quando cheguei em Brasília, falei que isso num tava certo e então acabou. Agora já treina no campo e recebe uma assistência técnica. Primeiro fica mais barato e segundo o modo de vida dele não é violado.” (dirigente D)

Até as aspirações pessoais desses agricultores foram analisadas e decididas pela cúpula administrativa do projeto:

“Porque foi uma outra coisa que descobrimos: a ambição desse povo: ele não quer muita coisa não. Se der tudo pra ele, trabalhar pra ele é o de menos. Se isso for dado, a gente quebra a ambição do indivíduo. Ele vai crescendo devagarinho, não se pode mudá-lo bruscamente. Hoje, estamos num patamar muito mais alto, que nos possibilita implantar esse projeto muito mais rapidamente.” (dirigente F)

Novamente, os motivos foram econômicos e não de natureza social. Mas na verdade, esse nem é o ponto em questão. Trata-se do fato de o Jaíba ter sido concebido a partir de elementos tecnocráticos, cujo objetivo principal era o aumento da produtividade através do uso da máxima eficiência de seus recursos naturais e tecnológicos. Esse objetivo tende ao aumento progressivo do ingresso de capitais para investimento na produção, além de um acompanhamento constante da evolução dos processos tecnológicos de produção numa agricultura irrigada. Esse é o ponto em questão e também o patamar de que fala esse dirigente.

Nos moldes iniciais, o componente social adquirido pelo Projeto Jaíba foi mais uma etapa do seu processo total de implantação; foi o cumprimento das exigências feitas pelo BID para a liberação dos recursos para a Etapa I.

Em momento algum, o projeto teve uma concepção eminentemente social, pelo menos não dentro dos padrões de assentamento e colonização de produtores pauperizados e dependentes de ajuda governamental, que viriam a trabalhar com uma tecnologia irrigada cara, plantando culturas de subsistência e dela obtendo renda suficiente para cobrir, no mínimo, os custos fixos de produção.

A conclusão comum a que chegaram os administradores foi a de que não há mais condições econômicas de prosseguir com o processo de assentamento

sem esperar que os produtores assentados tenham chances de obter retorno financeiro e continuar progredindo:

“Não tem como continuar com isso aqui. Um assentamento de uma família dessa custa pra gente U\$3.300 /família. Agora estão sendo assentadas 1000 famílias, que são U\$ 3.300.000 , isso é muito dinheiro num país que falta recurso, falta tudo...” (dirigente D)

Atualmente, as ações administrativas têm sido mais objetivas e claras. Talvez devido às circunstâncias econômicas restritivas atuais, ou à finalização da implantação da Etapa I, ou mesmo em função da necessidade de ajustes rápidos do projeto a uma estrutura produtiva mais dinâmica e eficiente.

Porém, quanto mais evidentes são as ações, maiores são as exigências em relação aos produtores que lá permanecerão produzindo:

“Se o individuo não tiver competência, em que pese ele estar num lote de 5ha, ele tem que ser profissional, ser empresário. Se ele não tiver isso vai sair do sistema tranquilo!” (dirigente F)

“Quando se fala em agricultura irrigada, o perfil dessa pessoa não seria pro Jaíba, mas pra qualquer lugar. Seria: um mínimo de capitalização, ter abertura pra tecnologia, e capacidade gerencial, tudo isso vais ser exigido do produtor.” (dirigente D)

Todos esses entrevistados concordaram que o produtor deve atender a essas características, caso contrário, sofrerá grandes decepções com o projeto.

Primeiro, porque de acordo com um dos dirigentes, ao contrário do que pode parecer, a agricultura irrigada é mais exigente em trabalho, não em número de trabalhadores. Esse trabalho significa uma vigilância ininterrupta dos procedimentos técnicos de produção, através de um manejo adequado e eficiente. Geralmente, ocorre que o pequeno produtor não está preparado para essa exigência. Não está se tratando ainda nem ao menos da questão do capital necessário para continuar investindo e produzindo.

Segundo, porque há contas a pagar, como a água, por exemplo, que é um custo fixo indispensável ao sistema produtivo. De acordo com declarações feitas, algumas variáveis não são muito claras para os produtores:

“O sujeito tá assentado aqui, ele tem conta no banco pra pagar...Se ele fica aqui e não produz, há uma pressão em cima dele e ele sai do projeto naturalmente. Aquele que tiver mais condições vai naturalmente pegar um quinhão maior disso aí.” (dirigente F)

“Os produtores que têm sucesso são aqueles que estão preocupados em acumular capital, não estão aqui para sobreviver. Quando o produtor não está ajustado, se ele veio pra cá iludido...de repente ele chega aqui é exigido dele uma série de coisas: trabalhar e, às vezes, a pessoa já esta pensando em se aposentar, não é muito dinâmico e o projeto exige dinamismo, ou ele queria uma coisa muito grande e o lote é pequeno, se sente frustrado, quer sair...tudo isso pesa...” (dirigente D)

O perfil desejado para o pequeno produtor que poderá ter condições de permanecer no projeto está distante daquele produtor que apenas necessita de um pedaço de terra para viver, trabalhar e criar os filhos. A idéia inicial de assentar produtores sem qualquer recurso financeiro ou conhecimentos básicos de irrigação e administração há muito foram abandonadas.

O projeto passa, sim, por transformações e adaptações de caracteres irreversíveis. No entanto, esse processo, ao que tudo indica, não ocorre de forma planejada.

4.2.3 Indicativos de mudança conceitual: o processo seletivo, a questão fundiária, a tarifa de água, a diversificação das culturas

Entre os indicativos de que a concepção do projeto será diferente, ou por outra, seguirá os parâmetros iniciais a partir dos quais foi concebido, destacam-

se quatro aspectos que serão tratados: o processo seletivo; a questão fundiária; a tarifa de água e a diversificação de culturas.

4.2.3.1 O processo seletivo

Em 1986, foi realizado um encontro entre várias entidades civis e públicas com o objetivo de estudar e fixar critérios de seleção e assentamento de colonos para o Projeto Jaíba. Essa reunião foi coordenada pela RURALMINAS e contou com a participação da CODEVASF; INCRA; SETAS; EMATER; Prefeituras de Manga, Itacarambi, Otinolândia e Varzelândia; Agentes financeiros do Banco do Brasil e Minas Caixa; COVAG; FETAEMG; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros, Itacarambi e Janaúba; Associação de Posseiros; Igreja e a figura de um Consultor.

Todos os participantes elegeram e votaram todos os critérios posteriormente definidos. Pela ordem de importância, foram: a) ser agricultor; b) não ser proprietário de imóvel rural, ou ser proprietário de área insuficiente ao sustento familiar; c) candidatos residentes na região; d) famílias com maior número de dependentes econômicos; e) não auferir renda fixa superior a 2 (dois) salários mínimos em atividades não rurais comprovadamente; f) ter idade entre 21 e 60 anos; g) não ser funcionário público, autárquico, civil ou militar da administração federal, estadual ou municipal; h) não ter sido beneficiado em programas similares do governo; i) atestado de sanidade física e mental; j) atestado de bons antecedentes e l) ter experiência em irrigação.

Para as áreas A e B, as duas últimas áreas restantes destinadas ao assentamento de pequenos produtores em módulos familiares de 5ha, um desses critérios foi alterado e um outro foi acrescentado. Cabe observar que as áreas

citadas não fizeram parte da pesquisa porque ainda estavam em fase inicial de implantação.

Em setembro de 1995, uma nova reunião, desta vez entre os órgãos CODEVASF, RURALMINAS e DIJ estabeleceu que a família não deveria possuir um número de dependentes econômicos tal que comprometesse a capacidade de exploração devida da parcela, segundo o documento elaborado por esses órgãos. A prioridade passou a ser a Força de Trabalho e não mais a Dependência Econômica, a fim de que o lote pudesse ser explorado somente pela família, com agregação de renda.

Além disso, a experiência administrativa e gerencial passou a constituir o décimo segundo critério de seleção.

Quanto aos recursos disponíveis do candidato (dinheiro, maquinaria, equipamentos, animais, veículos, etc.) deveriam ser registrados e estimados em Reais (moeda nacional) pelo entrevistador. Esse entrevistador também deveria fornecer um parecer sobre a capacidade administrativa, nível de aspirações, capacidade de liderança e experiência agrícola dos candidatos.

Segundo o coordenador da divisão de assentamentos, o processo de seleção em perímetros irrigados se pauta pelas leis de irrigação e por algumas questões do Estatuto da Terra. Porém, admite que o que puder ser mudado, será mudado:

“À medida que as coisas vão ficando mais dinâmicas, tem-se que mudar alguns critérios de seleção em função da época . A gente evoluiu de uma situação onde o indivíduo chegava a apresentar até a foto da família. Hoje não tem isso.”(coordenador A)

O nível de escolaridade também teve uma pontuação maior no último processo de seleção. Quanto maior a escolaridade, maior o número de pontos.

As alterações sofridas nos itens citados foram consideradas um indício de mudança da concepção inicial definida para o assentamento de pequenos

produtores. Consequentemente alterando o perfil dos candidatos, privilegiando famílias menores; com mão-de-obra adulta; um nível de escolaridade mais alto; maior capacidade administrativa e, se possível, algum capital inicial.

Entretanto, o coordenador entrevistado enfatizou que este é um processo eminentemente democrático, onde qualquer cidadão tem o direito de participar, desde que ele se enquadre no perfil estabelecido pelos critérios definidos e pelas leis em vigor. Tanto que a condição de filho de irrigantes não é classificatória, pois, caso contrário, o processo de seleção seria desnecessário, alega esse coordenador.

4.2.3.2 A questão fundiária

Um outro indicativo de alteração conceitual é o estudo que vem sendo feito em relação à flexibilização, em bases legais, quanto ao direito de ocupação dos lotes:

“Isso está sendo estudado. Hoje, o que normalmente se faz é que ele põe o lote em nome de um filho, um parente indireto. Mas, quando o projeto foi concebido, a realidade era outra: 5ha dava pra ter uma renda, hoje num dá. Então, o sujeito pra ter uma renda precisa ter três, quatro lotes.”(dirigente D)

Por enquanto, só se pode emitir o título de posse de uma única propriedade de 5ha. Mas a administração do projeto pretende criar normas que permitam ao produtor comprar um ou mais lotes, dos quais se tornaria proprietário, mediante escritura de posse. Os critérios para a criação dessa norma estão sendo estudados a partir de um módulo econômico ainda a ser definido pela administração. No entanto, essa possibilidade é considerada, desde já, algo possível de ser realizado e será realizado, segundo um dirigente executivo do projeto.

De acordo com esse dirigente, essa atitude não pôde ser implementada até agora porque ainda não foram emitidas as escrituras de posse. Mas já existe um acordo entre a RURALMINAS e a CODEVASF para que fossem emitidas a partir de 1998. A idéia básica é a de dar a escritura de posse logo na chegada do produtor ao projeto:

“Essa idéia de não dar a escritura é arcaica, tá em desuso. Segurar, porque senão o sujeito vai vender...essa preocupação já não tem mais não. Depois se ele quiser vender, o problema é dele. Já existem outros projetos onde o sujeito tem dois três lotes. Gorutuba e Nilo Coelho mesmo tem.”(dirigente F)

O fato de a questão fundiária estar sendo repensada no sentido de se permitir que um mesmo produtor possua, em seu nome, mais de 5ha pode ser apontado como um indício de alterações futuras nas formas de posse e concentração da terra nas áreas hoje destinadas aos pequenos produtores.

4.2.3.3 A tarifa de água

A tarifa de água não é exatamente um indicativo de alteração conceitual do Projeto Jaíba, pois é parte essencial de sua estrutura produtiva. Não se produz sem irrigação. Essa é uma condição “si ne qua non” do projeto.

Atualmente, o custo da água para o pequeno produtor é subsidiado em 60%. Todavia, existem planos para uma redução paulatina desse subsídio, até que ele seja eliminado totalmente. Na época da coleta dos dados, verificou-se uma política de crescimento gradativo do preço da água. No período de julho a agosto de 1997, seu custo real cresceu a uma taxa de 4% ao mês.

Mesmo que essa política persistisse por mais dois ou três anos, os planos da administração visam à cobrança de seu valor real:

“Ela [a água] vai chegar no preço real porque tem que ser sustentável. A nossa grande renda é a água, o distrito é um condomínio.” (dirigente F)

O custo da água não é considerado pela administração um fator determinante para o sucesso ou insucesso do produtor:

“A água é cara se o produtor não estiver estruturado para pagar. Quem tá com o lote bem plantado, um grau de tecnologia razoável, auferindo uma renda média, não vai ter problema com a água. Agora, tem pessoas querendo vender o lote na época da carência de dois anos e ele não paga a água no primeiro ano. A água não tira ninguém do projeto. Se fosse isso, aquelas que não pagam e estão atrasadas 30, 40 contas estariam bem.” (dirigente F)

Durante o primeiro ano de assentamento, o produtor não paga a água. No entanto, espera-se que ele incorpore a filosofia do projeto no prazo de três a quatro anos. Segundo um dos coordenadores, essa filosofia consiste no fato de que esse produtor seja gradativamente inserido na dinâmica do processo produtivo. Essa inserção ocorre através de processos paralelos de capitalização e mudança de seu perfil produtivo no sentido de se estruturar para absorver o custo total da água:

“É possível tranquilamente o indivíduo pagar o custo real da água num lote de 5ha com agricultura profissional, de mercado, com qualidade e produtividade.” (coordenador B)

Havia o caso de um produtor devendo 72 talões de água. Um dos dirigentes entrevistados argumentou que todos os produtores em situação semelhante, caso não debitem suas contas, terão o fornecimento de água cortado e serão forçados a deixar o projeto inevitavelmente. Os argumentos da administração baseiam-se no fato de que aqueles produtores cujo desempenho econômico e produtivo não é satisfatório após certo tempo, tendem ao agravamento de sua situação:

“Tem pessoas que se der mais um ano de chance pra ele, é mais um ano de prejuízo, porque já demonstrou em 5, 6 anos que ele não vai sair do lugar. A gente não avisa, a gente passa a não perdoar a dívida dele. É preferível ele vender o lote do que ficar aqui acumulando dívidas e chegar num ponto quando ele vender o lote já num tem mais nada.” (dirigente F)

Futuramente, a fim de reduzir os custos, a irrigação realizada à noite pretende ser a melhor alternativa nesse sentido. Aliás, esse procedimento é considerado fundamental por um dos dirigentes entrevistados. Prevê-se uma economia de 73% no custo da água, além de aumentar a eficiência ao reduzir taxas de evapotranspiração, por exemplo.

Ainda não existem as condições técnicas necessárias para que esse procedimento tenha início. Mas é uma meta a ser atingida tão logo todos os produtores tenham condições de comprar os equipamentos adequados:

“O pequeno produtor tem que crescer economicamente para ele comprar a outra parte e fazer a irrigação à noite. Muitos já estão mudando pra microaspersão. No futuro, espera-se que todo mundo esteja irrigando à noite.” (coordenador B)

De acordo com um dos dirigentes, quando a água não for mais subsidiada para o pequeno produtor, deverá ocorrer um equacionamento do setor produtivo. Mas ainda não se sabe como isso será feito:

“Essa é a grande dificuldade e está atrelada à capacidade de renda do agricultor que é substantiva... quando ele começa a ver algum recurso desperta nele a necessidade de melhorar sua qualidade de vida, passa a exigir coisas que ele não tinha e o que a gente percebe com muita clareza é que ele começa a gastar esse dinheiro, às vezes uma pequena sobra, com conforto. Isso compete com o pagamento da tarifa de água....” (dirigente F)

A pretensão final é a emancipação do projeto. Objetivo que tem se mostrado bastante difícil de ser alcançado, tendo em vista a heterogeneidade cultural, social e econômica dos produtores que lá se encontram hoje. Acredita-

se ser este mais um fator importante para a confirmação da hipótese de que o Projeto Jaíba realmente está direcionado para um perfil específico de pequeno produtor, ou seja, aquele que apresenta características semelhantes o suficiente para efetivar o desenvolvimento do projeto conforme as expectativas de sua administração.

4.2.3.4 A diversificação das culturas

A fruticultura irrigada também será discutida dentro desses indicativos, porém como um reflexo da tendência seguida pelos pequenos produtores mais capitalizados e também como parte das expectativas institucionais de desenvolvimento do projeto.

Considerando o alto custo de produção representado pela tarifa de água, uma alternativa encontrada pelo pequeno produtor e recomendada pela assistência técnica é a diversificação de culturas no lote de 5ha.

A renda obtida com culturas de subsistência como o arroz e o feijão, por exemplo, são insuficientes para suprir todas as necessidades pessoais do produtor e de sua família, além daquelas exigidas pelas culturas, como tratamentos culturais, correção do solo, sementes de boa qualidade, entre outras. Inclusive a cultura do feijão que já se mostrou uma alternativa mais imediata, hoje, para ser financeiramente compensatória, exige cuidados de produção dentro da mais estrita tecnologia. Isso implica vultosos gastos com uma cultura antes considerada pelos pequenos produtores simples, barata, de boa produtividade e fácil comercialização. Essa realidade não existe mais.

A vocação produtiva do projeto tem sido a fruticultura irrigada. Porém somente os produtores com alguma infra-estrutura têm adotado essa alternativa econômica.:

“A grande dificuldade é que quando se fala em fruticultura é de retorno a médio e longo prazos, exigindo muito capital.. O fato de outras culturas serem caras e de retorno demorado gera um certo descompasso...Agora isso não atrapalha a perspectiva que nós temos de um grande sucesso aqui no Jaíba.”(dirigente F)

Esse é um processo apenas incipiente, mas com forte tendência a se tornar definitivo e dominante.

4.3 Comercialização da banana

A propagação do “Mal de Sigatoka” agravou os já difíceis problemas de comercialização da banana. A queda da qualidade dos frutos, aliada a uma forte concorrência no mercado, contribuiu significativamente para uma redução violenta dos preços pagos por caixa ao pequeno produtor em seu lote.

Em agosto de 1997, esse preço chegou a R\$1,00/cx., para a banana classificada como de segunda qualidade e R\$3,00/cx para a banana classificada como banana de primeira qualidade. A consequência imediata dessa situação foi uma das mais sérias crises enfrentadas por produtores e administradores do projeto, uma vez que ocasionou altos índices de inadimplência quanto ao pagamento das tarifas de água, além um processo de endividamento nos bancos e descapitalização da maioria dos produtores, que não estava preparada e não tinha suporte financeiro para enfrentar essa situação.

Inicialmente, a área destinada ao cultivo da banana era ainda bastante reduzida no âmbito do projeto. Com uma oferta pequena, seu preço chegou a alcançar o valor de R\$20,00 reais por caixa para a banana classificada como banana de primeira qualidade, o maior preço recebido pelo produtor até hoje no projeto.

Porém, apenas um número bastante reduzido de produtores recebeu esse valor e por um período bastante curto. Tanto é verdade que esse preço de R\$20,00/cx só foi alcançado pelos produtores de Mocambinho, quando as outras áreas destinadas ao assentamento de pequenos produtores ainda não estavam implantadas, ou totalmente implantadas.

À medida em que os ganhos com essa cultura se revelaram atraentes, a área plantada cresceu enormemente, sem controle. Conseqüentemente, passou a existir uma oferta excedente do produto e os preços rapidamente começaram a cair. Lembrando que a banana é um produto que, historicamente, possui baixo valor comercial, em torno de US\$5,00/cx em média, quando produzida sob alto padrão tecnológico.

Contribuíram para esse excedente de oferta outros produtores particulares, localizados em regiões próximas ao Projeto Jaíba, que também passaram a produzir banana em áreas maiores, sem restrições técnicas ou financeiras. Além disso, a banana também se tornou um dos principais produtos de outros projetos públicos de irrigação, como o Perímetro Irrigado do Gorutuba e de Pirapora, localizados, todos eles, na região norte do estado de Minas Gerais.

Os atravessadores e intermediadores alegavam que nada podiam fazer a não ser esperar que o mercado voltasse ao normal. Até que isso acontecesse, caberia aos produtores manter seu bananal em bom estado fitossanitário, ou seja, em condições de alcançar melhores preços e de competir quando houvesse uma estabilização entre a oferta e a demanda do produto.

Poucos eram os que estavam preparados para passar por esse momento difícil e compreender suas implicações e seu alcance, principalmente no que diz respeito à natureza do projeto.

O problema é que mesmo os produtores considerados ótimos ou bons, que mantinham um lote bem administrado e às vezes até diversificado com

outras culturas, estavam sofrendo o impacto dessa crise quase com a mesma intensidade que aqueles fracos ou inteiramente descapitalizados.

Essa crise foi um alerta para todos os produtores. Repentinamente, muitos perceberam que o Projeto Jaíba pode ser uma excelente oportunidade para seu crescimento e desenvolvimento, mas definitivamente essa aspiração de vida tão natural não será alcançada sem trabalho sério, profissional e algum aporte financeiro. E não poderão contar com o apoio público indefinidamente. Aliás, esse apoio já foi bastante reduzido.

A esperança de ser selecionado para, enfim, ter ‘seu cantinho’ e poder descansar, plantando e colhendo, sempre com fatura d’água é uma imagem idílica. Um sonho que pode transformar-se numa sensação de impotência e decepção.

4.3.1 O setor de comercialização

Para o gerente executivo do Projeto Jaíba, faz-se confusão entre comercialização e informação de mercado. Ele acredita que não se deva criar para o produtor qualquer expectativa de que surgirá “alguém milagroso” dizendo o que produzir ou o que pode ser mais rentável. Acredita, também, que há muita falácia e ignorância nesse setor.

O que se tem buscado no DIJ é mostrar ao produtor como trabalhar com as informações, sem, contudo, decidir por ele. Cria-se um conjunto de informações sobre determinados preços e produtos, custos de produção e sazonalidade, por exemplo. A partir dessas informações caberá ao produtor decidir sobre o que plantar, desde, evidentemente, que o produto escolhido seja adequado à estrutura produtiva do projeto:

“Ninguém pode decidir por ele, porque senão, quem decide pelo produtor torna-se responsável por seu sucesso ou insucesso. Essa é a postura nossa, nós nunca assumimos a decisão do agricultor. A decisão dele é dele. Às vezes, ele até exige que o DIJ venha dizer o que ele tem que fazer. Essa é uma postura errônea de qualquer serviço que se pretende fazer. A gente nunca deve se colocar no lado do produtor, porque senão a gente assume a responsabilidade por ele. Ele é que tem que assumir o sucesso ou o insucesso de sua decisão [reafirma].” (dirigente F)

Na opinião desse dirigente, o projeto tem caminhado bem na área de comercialização, mas ressalta que esse é um processo lento e gradual. É necessário, ainda, adquirir experiência:

“Não se pode ser afoito. Não adianta colocar um técnico aqui que é ‘expert’ em comercialização, se ele não comercializa. Não existe cara bom de comercialização, se ele não pratica isso. Comercialização é uma aprendizagem, é um setor muito difícil e só tem esperto dentro dela. Os mais espertos dominam os menos espertos.” (coordenador B)

O Brasil é bastante complicado em termos de mercado, afirma esse dirigente. Surgem fronteiras agrícolas a toda hora. Referia-se à irrigação. Cita, como exemplo, o caso da banana, que hoje pode ser produzida em todo lugar. A esse respeito, indagado sobre a concorrência do Projeto Jaíba com outros projetos de irrigação próximos, respondeu:

“Nossa estratégia vem da competência. Temos que ter competência para ganhar o mercado que é amplo. O Brasil tem milhares de hectares irrigados e isso não assusta ninguém, precisa é estruturar para fazer uma boa comercialização. Porque mercado não é só vender. Se vender para um supermercado, o que é que ele exige? Que se coloque o produto lá dentro, arrume na prateleira, substitua o produto ruim por outro. Ao chegar lá com as caixarias de manhã, de tarde tem que tirar... tem que ter transporte, pessoa, resfriamento...” (dirigente F)

As exigências de mercado são claras e não há como encontrar saídas alternativas capazes de apresentar o mesmo retorno econômico para aqueles

produtores cujo produto não atende aos padrões exigidos. Reconhece-se haver intermediação entre o produtor e o atacadista, mas esta intermediação é considerada inevitável.

Uma vez que a presença dos atravessadores é considerada parte do processo de comercialização, sugere-se que o produtor, para aumentar seu lucro, agregue valor ao seu produto:

“E quem faz essa agregação? Quanto mais o produtor puder fazer, mais ganho para ele. Mas, para ele fazer isso, ele tem que estar estruturado, investir, gastar dinheiro...Ai acham que uma pessoa vai fazer isso pra eles? Num faz...isso só pode ser feito através da estruturação de trabalho e é o que o DIJ tá fazendo. É caro, mas nós estamos fazendo...” (dirigente F)

Dessa forma, conclui-se por um processo de seleção e estratificação de produtores, onde só permanecerão aqueles que possuírem as características necessárias para se adaptar a esse processo e serem bem sucedidos. Isso significa dizer que o processo de comercialização é bem mais complexo e exigente do que parece. Principalmente, quando se fala em comercialização de frutas, especificamente da banana.

O processo de estratificação e seleção dos produtores ocorrerá justamente porque nem todos terão as mesmas condições financeiras e/ou técnicas para permanecer nesse setor, oferecendo produtos de boa qualidade e regularmente na mesma quantidade. Nem todos os produtores poderão investir e se estruturar a fim de obter uma boa fatia do mercado e assim obter lucros com a venda de seu produto.

O DIJ está se estruturando para ampliar e melhorar o setor de comercialização. Porém, esse esforço terá de ser feito também pelo produtor, quem terá de se adaptar às exigências de mercado.

A seguir são apresentadas informações técnicas básicas de como é feita a comercialização da banana por uma equipe que presta esse serviço ao DIJ.

Através dessas informações, pode-se ter uma idéia de como esse processo ocorre, suas exigências e principais implicações que afetam o pequeno produtor de bananas.

4.3.2 Informações técnicas sobre a comercialização da banana no Projeto Jaíba

A comercialização da banana segue alguns procedimentos básicos que vão desde o corte, classificação, embalagem e, finalmente, carregamento.

Por exemplo, o DIJ compra cerca de 30% da produção de banana em todo o projeto. Para isso, conta com uma equipe que lhe presta esse serviço. Essa equipe opera com um caminhão e é formada por seis embaladores treinados no próprio projeto e dois técnicos responsáveis pela comercialização. Um deles fica em Belo Horizonte, no MLP (Mercado Livre do Produtor) acompanhando os preços e o outro, em Mocambinho.

Os produtores são procurados em seus lotes quando há falta do produto para completar as cargas. Uma carga fechada de bananas equivale a 504, ou 528 caixas. Utiliza-se a estratégia da livre concorrência de preços nesse momento. Por exemplo, os produtores ficam à espera de que um comprador passe em seu lote, quando deverão vender àquele que apresentar a melhor proposta de preço. Costuma-se pagar ao produtor o preço do dia, que é ditado pelo mercado, tanto para a banana de primeira como de segunda qualidade.

Isso só acontece hipoteticamente, porque não há compradores suficientes para toda a produção e nem todos os produtores possuem um produto de qualidade comercial que alcance os preços desejados. Algumas vezes, é o produtor quem procura o comprador em Mocambinho. E, geralmente, quando isso acontece é porque o produtor já está sem vender sua produção há várias semanas, ou até meses e, em muitos casos, com perda total da produção.

Nesses casos, muitos são os que não podem sequer esperar por uma oferta melhor, isso quando há compradores e quando há ofertas de preços, ou quando os atravessadores já não combinaram preços entre si.

Apenas alguns produtores vendem sua produção regularmente, quer seja para o DIJ, quer seja para outro atravessador. Implica dizer que apenas um grupo, ainda pequeno de produtores, possui um produto dentro do padrão de qualidade exigido pelos atacadistas que, na verdade, são os compradores finais.

Há uma oscilação média na formação das cargas de banana durante o mês. Por exemplo, os períodos de maior procura variam entre os dias 5 e 15 de cada mês. Há semanas em que são formadas até oito cargas e em outras, apenas duas cargas. O que determina o número de cargas também é o mercado, segundo o responsável por essa equipe em Mocambinho.

De acordo com o comprador dessa equipe, qualquer lucro resultante da venda é repassado ao produtor após serem descontadas as despesas de embalagem, frete, climatização, caixaria, entre outros itens, como combustível para as motos dos compradores que rodam o projeto e caminhões à disposição para “baldear” a banana. Recentemente, foram inauguradas quatro câmaras de climatização de bananas no Mercado Livre do Produtor em Belo Horizonte. Esse fato, futuramente, deverá beneficiar os produtores do projeto.

Essa equipe é considerada por seus membros como uma equipe de empreiteiros que presta um serviço para o DIJ. O lucro médio auferido por seus compradores gira em torno de R\$35,00 a R\$40,00 por carga.

A classificação da banana é feita no próprio lote do produtor pelos embaladores presentes. O principal objetivo da classificação, nesse primeiro momento, é o de determinar se a banana é de primeira ou de segunda qualidade. Essa classificação depende das exigências dos compradores atacadistas. Assim, os compradores selecionam os produtores que têm condições de fornecer o produto de acordo com as exigências feitas por esses atacadistas.

O lojista comprador faz uma pesquisa entre outros compradores e atravessadores. O preço final é dado pela CEASA de Belo Horizonte. Segundo o responsável por essa equipe em questão, os outros atravessadores existentes no projeto trabalham para si mesmos, ou seja, se houver lucro na compra ou venda da banana, esse lucro é total e nada é repassado aos produtores.

Os produtores reclamam bastante da classificação que é feita. Alegam que sofrem prejuízos constantes, pois, segundo sua própria avaliação, boa parte do que produzem é classificado como de segunda qualidade e eles insistem que isso não é verdade. Essa discussão parece não ter fim entre os produtores, e com razão, uma vez que o principal produto e a principal fonte de receita da grande maioria de pequenos produtores ainda é a banana.

No entanto, durante a pesquisa de campo, o que se pôde observar foram bananais doentes, mal cuidados, encontrados em lotes de produtores pauperizados ou descapitalizados, que constituem a maioria. Raras foram as exceções encontradas e em todos os casos tratava-se de produtores de nível bom a ótimo, razoavelmente capitalizados e que produziam dentro da mais estrita tecnologia recomendada. Em dois casos indo, inclusive, além do recomendado. Esse último tipo de produtor era o único que conseguia de R\$3,00 a R\$4,50/cx, isto é, produzia banana de primeira qualidade, mas tinha estrutura para isso.

4.4 Parâmetros empregados pela assistência técnica para avaliação dos pequenos produtores

O trabalho de assistência técnica do projeto consiste na transferência de tecnologia, que é repassada aos produtores pelos técnicos de campo. A função dos engenheiros responsáveis é a de acompanhar e avaliar os serviços técnicos agrícolas prestados, bem como estabelecer e acompanhar as UOD's (Unidades de Observação e Demonstração) de experimentos no projeto.

Os engenheiros responsáveis por essa assistência técnica vêm desenvolvendo parâmetros extra-oficiais de avaliação dos produtores.

Essa classificação estaria definida da seguinte forma:

- a- Produtor Classe A: seria aquele que, além de adotar tecnologia que lhe é repassada, vai em busca de novas outras. “É o inovador”, nas palavras de um dos engenheiros entrevistados;
- b- Produtor Classe B: são aqueles que aceitam bem a tecnologia, sem resistência. Porém, precisam ser convencidos;
- c- Produtor Classe C: são aqueles que mais dificilmente são convencidos e oferecem maior resistência quanto à adoção da tecnologia recomendada;
- d- Produtor Classe D: *“simplesmente não aceitam nenhum tipo de orientação. Geralmente falam mal do projeto. O D é excluído [não recebe assistência técnica]”* (engenheiro C)

O parâmetro básico para essa classificação é o da produtividade. Os técnicos acreditam que esse parâmetro é um indicativo da adoção de tecnologia, considerada fundamental para o bom desempenho não só produtivo, mas também financeiro dos produtores:

“A adoção de tecnologia é o principal fator, né ? Tem que estratificar a assistência técnica. Separar o produtor por classe, pra ter ações diferenciadas.” Nós temos que encontrar uma solução pra aquele pessoal que num vai pra frente.” (coordenador B)

Mas outros fatores também são considerados:

“ A capacidade de gerenciamento, o índice de uso do solo, ...é até uma forma de forçar o produtor. Porque, às vezes o técnico passa na área dele, recomenda, mas ele não segue. A gente quer ver se faz assim: o técnico passa uma terceira vez lá e ele não tá seguindo...nós vamos cortar a assistência dele e vamos explicar: ‘você num tá dando retorno, o técnico tá passando e num tá havendo retorno, tá sendo um tempo perdido do técnico’. Esse tempo poderia

estar sendo utilizado com aquele produtor que realmente traz retorno. Agora a gente também diria pra ele: 'o dia que você quiser enquadrar no sistema, bom, aí você nos procura'. Tem produtor aí que em 10 minutos você dá assistência pra ele." (coordenador B)

Essa última fala reflete claramente as bases que fundamentam o projeto e sinalizam, sob o aspecto técnico, as expectativas institucionais quanto ao perfil esperado de um pequeno produtor. Essas expectativas são corroboradas pelo parecer de outros técnicos que realizam o trabalho de campo, embora seu discurso não seja muito claro a esse respeito:

"O ideal seria o tipo 'A', mas dentro de uma realidade do 'B'. O tipo 'D' tinha de ser evitado. O 'C' dá trabalho, mas é recuperável." (engenheiro E)

De uma forma geral, na opinião de todos os engenheiros e técnicos responsáveis, pôde-se depreender que um produtor ótimo seria aquele que tem boa capacidade administrativa, ou seja, que aplica e gerencia adequadamente os recursos disponíveis, além de, evidentemente, assimilar bem as recomendações técnicas:

"Ele deve captar, internalizar e partir para a ação imediata."(engenheiro C)

Já os produtores bons e fracos foram assim definidos por um dos técnicos de campo mais respeitados no projeto, inclusive (e curiosamente) entre os próprios produtores, respeito que foi observado pelo pesquisador de forma evidente e indistinta:

"O que diferencia o ótimo do bom é mais a renda líquida, Às vezes, ele sabe gerenciar bem, assimila bem a tecnologia, mas financeiramente está abaixo. O fraco é aquele que num vai pra frente nunca. É sempre contra tecnologia, acha que sabe mais que o técnico. Tudo que faz pra ele tá ruim. Pode chover dinheiro pra ele, que não adianta. É o grupo que mais reclama do projeto." (técnico de campo E)

E complementa sua opinião:

“E tem um problema de outro tipo: tem aqueles que não querem trabalhar, não têm vocação, não se dedicam e isso pesa no resultado deles; podendo ser um divisor de águas entre o bom, o médio e o produtor ruim.” (técnico de campo E)

O engenheiro responsável pela assistência técnica pondera sua opinião quanto às suas expectativas e quanto ao perfil desejado para o pequeno produtor. Contudo, ele não descarta o fato de que o projeto possui mesmo uma base técnica, cuja produção é orientada para o mercado e onde o maior desafio consiste em equilibrar esses fatores com o aspecto social adquirido pelo Projeto Jaíba:

“Aqui não tem como. Só tem uma alternativa: plantar e colher, produzir tecnicamente, porque existem os custos fixos, entre eles a água, existe um dinamismo que exige isso... se o sujeito num tiver enquadrado no mercado que ele tá inserido num tem como viver. Mas antes dessa crise, o pessoal ficava muito no vem a nós, mas agora eles caíram na realidade de que se eles não fizerem alguma coisa não tem nada.... o bom produtor vai ser aquele que consegue conciliar tudo: administração de recurso com capacidade empresarial e de enxergar alternativa. Agora, para o tamanho da propriedade que a gente destina num precisaria ser um produtor de altíssimo nível de capacidade empresarial, quer dizer num precisa ter grande capital e nem capacidade administrativa excelente. Mas ele tem que ter o mínimo de noção, talvez a gente precisasse preparar essa pessoa e sua família. Eu vejo a perspectiva positiva, o projeto é viável, existe uma preocupação muito grande com o produtor aqui dentro.” (engenheiro C)

Esse engenheiro analisa as dificuldades enfrentadas pelos produtores. Para ele, muitos, que antes não se preocupavam com a questão produtiva, hoje se vêem forçados a produzir diante de uma conjuntura econômica nova e para a qual a grande maioria não estava preparada:

“Nós estamos passando por um processo de adaptação e renegociação de dívida, mas com o passar do tempo vai ser uma oportunidade de reflexão para as pessoas verem que elas têm de racionalizar o uso dos recursos e até da própria mão-de-obra .”(engenheiro C)

Todavia, sobre uma possível liberdade de ação que os produtores teriam para decidir o que plantar ou criar, seguindo, muitas vezes, sua vocação natural, respondeu da seguinte forma:

“Será que a sociedade, que está financiando o projeto, aceitaria que se montasse um projeto de assentamento com alto investimento/ha, montar um equipamento de irrigação pra depois o produtor criar cabrito? Sendo que tem outros que estão no sequeiro que não precisam de irrigação e podem criar cabrito.” (engenheiro C)

O uso adequado da tecnologia é considerado fundamental, principalmente quando relaciona-se à renda do produtor:

“Analisando os índices de produtividade hoje, um cara que produz 30cx/ha/mês, 50,60,70, 90 até 200cx/ha/mês. Analisa para você ver a renda de cada um deles e compara o nível de tecnologia que cada um tá utilizando! Ai, você vai ver a renda que eles tão tendo. Nós temos uma análise de quem tá produzindo acima de 70cx/ha/mês, mesmo na faixa de R\$3,00/cx de 1ª , ele ainda tá ganhando dinheiro e ganhando bem. Quer dizer: é aquele produtor que tá usando a tecnologia que a gente recomenda pra ele. Agora, quem usa 30, 50, 70% do pacote, esse produtor tá chegando no nível vermelho. Esse produtor que tá produzindo 30,50cx/ha/mês de banana, bem, a lavoura dele vai ter uma vida útil de 2,5 a 3,5 anos. Então é quase uma cultura anual, porque tá plantando a toda hora. Fica uma cultura extrativa, inviável pra ele, pois só tira e num devolve nada..” (engenheiro G)

Novamente, pôde-se perceber o quanto o projeto fundamenta-se em bases técnicas, não havendo espaço para qualquer tentativa de aproveitamento dos conhecimentos prévios que acaso os produtores pudessem ter. Pôde-se observar, também, de que forma o projeto é visto pelos responsáveis pela assistência técnica.

Não se trata de ignorar o conhecimento do produtor somente. A questão é mais complexa e nenhuma análise pode ser feita a esse nível sem considerar todos os fatores envolvidos.

Por exemplo, sua estrutura produtiva e a fruticultura irrigada, finalidade para a qual tem se direcionado, não permitem esse tipo de procedimento. Caso contrário, todas as metas e objetivos definidos para o seu planejamento e desenvolvimento deverão ser, necessariamente, revistos.

Assim, pôde-se observar que, analisado sob o ponto de vista institucional, o Projeto Jaíba apresenta características que indicam uma orientação administrativa baseada, fundamentalmente, em parâmetros de eficiência técnico-produtiva. E esta perspectiva institucional-administrativa indica, também, uma agricultura voltada para o mercado, isto é, atendendo, prioritariamente, a exigências relativas à quantidade, qualidade e regularidade quanto ao fornecimento dos produtos.

Dessa forma, semelhante postura opõe-se a um pretendido caráter social assumido pelo projeto, tendo em vista os assentamentos de pequenos produtores assentados, os quais encontram-se, hoje, em sua maioria, pauperizados ou descapitalizados, sentindo-se pressionados e negligenciados.

As características até aqui identificadas confirmam a hipótese exploratória apresentada por estudo, a qual parte do pressuposto de que, em razão dos objetivos a que se propõe o projeto, este encontra-se melhor definido e mais adequado para os pequenos produtores cujo perfil e desempenho estejam relacionados a uma postura e uma visão caracteristicamente empreendedoras, sendo capazes, inclusive, de autofinanciar sua produção, ao mesmo tempo em que devem acompanhar e adotar os procedimentos técnicos, sem restrições de qualquer natureza e de forma contínua.

Desta feita, realizou-se um levantamento que considerou as principais características apresentadas por estes produtores, visando ao conhecimento de

como se delineiam essas características segundo a classificação que estes receberam dos responsáveis técnicos e administrativos. Em seguida, procurou-se, então, conhecer a visão que estes produtores têm do projeto.

4.5 Características gerais dos produtores segundo o levantamento de dados de pesquisa

A classificação dos produtores em Fracos, Bons e Ótimos¹³ teve como principal objetivo conhecer as perspectivas institucionais que orientam a estratégia de desenvolvimento do projeto. Acredita-se que essa visão seja um fator importante na definição das metas e objetivos de seu desenvolvimento. Buscou-se, a partir de então, confrontá-las com as expectativas e perspectivas dos pequenos produtores.

Nesse sentido, a análise dos resultados mostrou-se reveladora, confirmando a hipótese exploratória elaborada com a finalidade de guiar a condução desse estudo.

À medida em que as entrevistas eram realizadas, alguns dados se destacaram mais que outros. Assim, os dados selecionados para a apresentação dos produtores foram: atividade anteriormente exercida; grau de escolaridade; tempo de permanência no projeto; produtores associados, número médio de lotes; forma de ocupação dos lotes; uso de tecnologia de microaspersão; financiamento; idade, filhos e renda média dos produtores nos anos de 1996 e 1997. (ANEXO A)

A empresa que presta assistência técnica ao Projeto Jaíba forneceu a renda média de todos os produtores entrevistados, segundo a categoria em que

¹³ Deve-se ter bem claro que a classificação utilizada baseou-se, exclusivamente, em critérios definidos pelos técnicos e administradores do Projeto Jaíba.

foram listados. À exceção dos produtores de Mocambinho, cuja renda média fornecida é relativa a todo o universo pesquisado nessa área (ANEXO A).

4.5.1 Produtores Ótimos

De uma forma geral, os produtores classificados como ótimos apresentaram uma escolaridade maior (em Mocambinho, 60% têm o 1º grau incompleto; na Área C₃, 100% afirmaram ter o 1º grau incompleto e na Área F, 30% possuem o 2º grau completo e 10% o curso superior incompleto).

Quanto à forma de ocupação dos lotes, novamente entre os produtores ótimos, verificou-se que em Mocambinho 60% haviam comprado o direito de ocupação, sendo que outros 20% inicialmente assentados, mais tarde tiveram condições de também comprar outros lotes. Somente 20% dos produtores ótimos permaneciam exclusivamente na condição de assentados.

Na Área C₃ , talvez por ser ainda uma área recentemente implantada, 100% dos produtores ótimos foram assentados. Já na Área F, 50% dos produtores compraram os lotes que hoje ocupam, sendo que outros 20% eram assentados e mais tarde também compraram esse mesmo direito.

Também , em média, estão há menos tempo no projeto (10 anos em Mocambinho; 6 anos na área F e 4,5 anos na área C₃), bem como a idade e o número médio de filhos são inferiores em relação às duas outras categorias de produtores. Em contrapartida, o número médio de hectares por produtor considerado ótimo é maior: possuem 10 hectares em média (à exceção da área C₃).

Em todas as área pesquisadas, 100% dos produtores ótimos utilizam alguma forma de financiamento bancário. Esses produtores tendem a se reunir em associações (40% em Mocambinho, 100% nas Áreas F e C₃).

Nas áreas F e C₃, respectivamente, 60% e 50% desses produtores utilizam a irrigação por microaspersão, mais eficiente e econômica, porém mais cara. Em Mocambinho, o emprego dessa tecnologia ainda não era possível devido ao fato de ainda ser uma área irrigada por sulcos.

A renda média dos produtores ótimos foi maior em relação às outras categorias. Para o ano de 1997, na área C₃ essa renda foi de R\$6.909,78 e na área F, alcançou o valor de R\$7.701,32. Esses valores equivalem, respectivamente, a uma média mensal de R\$575, 82 e R\$641,78.

Quanto a Mocambinho, os dados relativos à renda média foram fornecidos em relação ao conjunto dos produtores pesquisados, não sendo possível distinguir qual a faixa de renda auferida pelos produtores considerados ótimos nessa área. Se considerarmos os 15 (quinze) produtores pesquisados, a renda média é pequena, situando-se por volta de R\$ 4.505,31 para o ano de 1997, ou R\$375,44 mensais por produtor em média.

4.5.2 Produtores bons

Quanto à escolaridade, em Mocambinho, 60% possuíam o curso primário incompleto, sendo outros 20% analfabetos. Na área C₃, esses produtores já apresentam um grau de escolaridade mais uniforme, onde 100% possuem o primário completo. Na área F, 80% dos produtores possuem o curso primário completo e apenas 10% são analfabetos. Incluem-se nos 60% de Mocambinho e nos 80% da área F aqueles que apenas assinam o nome ou cursaram os primeiros anos do curso primário.

Na área C₃, 100% desses produtores foram assentados, enquanto na área F esse índice cai para 20% e em Mocambinho é de 60%. Entre as três áreas pesquisadas, aquela onde mais produtores bons compraram o direito de uso do

lote é a área F, com 70%. Somente 10% dos produtores bons da área F, que haviam sido assentados inicialmente, tiveram condições de comprar o direito de ocupação de outro(s) lote(s).

O tempo de permanência médio no projeto é de 15 anos em Mocambinho; 7 anos na área F e 4,5 anos na área C₃. Relativamente, a idade desses produtores e o número médio de filhos é bastante compatível com os encontrados para os produtores ótimos, variando entre os 30 e os 45 anos, com uma família formada por 2 ou, no máximo, 5 filhos em média. No entanto, esses produtores possuem, também em média, 5 (cinco) hectares.

Entre os produtores, 100% faziam uso de alguma forma de financiamento bancário, com exceção da área F, onde apenas 50% haviam contraído algum débito bancário.

Também tendem a se reunir em associações (60% em Mocambinho, 100% nas Áreas F e C₃). O uso da irrigação pelo sistema de microaspersão é significativo entre os produtores da área C₃, que é de 50% entre os produtores Bons.

Em 1997, a renda média ficou em torno de R\$10.521,93 para os produtores bons da área F e de R\$4.957,44 para os produtores da área C₃. O equivalente mensal por produtor foi de R\$876,82 na área F e de R\$413,12 na área C₃.

4.5.3 Produtores fracos

Dentre as variáveis examinadas, os produtores fracos foram aqueles que apresentaram índices opostos aos encontrados para as categorias de ótimos e bons. A exemplo do grau médio de escolaridade, que é mais baixo. Em Mocambinho, 100% possuem o curso primário incompleto, sendo que 45%

somente assinam o nome. Nas área C₃ e F, respectivamente 100% e 30% dos produtores entrevistados são analfabetos. Sendo que na área F, 70% possuem o curso primário incompleto e dentre esses 70%, 30% apenas assinam o nome.

Essa categoria constitui-se, em sua maioria, de produtores selecionados para o assentamento. Em Mocambinho, 60% dos produtores fracos são assentados; na área C₃, 100% e na área F são 90%.

São poucos os produtores fracos que compraram o direito de ocupação dos lotes. Em Mocambinho, são 40%; na área F, 10% e na área C₃ nenhum produtor fraco comprou esse direito.

Para a variável assentamento e compra, em nenhuma das áreas pesquisadas houve produtores nessa situação. Essa variável foi importante para o estudo porque serviu como indicador de um processo de acumulação de capital por verificar aqueles produtores que, tendo sido selecionados para o assentamento, mais tarde tiveram condições financeiras de também comprar o direito de ocupação de outros lotes.

Considerando o tempo de instalação de cada área pesquisada, os produtores fracos são os que estão há mais tempo no projeto. Em Mocambinho, a média encontrada foi de 16 anos; na área F, de 8 anos e na área C₃, são 4 anos de permanência.

São produtores que possuem uma família numerosa, se comparados aos produtores classificados como bons ou ótimos. Também são mais idosos e possuem apenas uma área de 5ha .

Nessa categoria, os números encontrados para a média de filhos por família é de 8 filhos para os produtores de Mocambinho; de 9 filhos para os produtores da área F e de 4 filhos para os produtores da área C₃.

Os produtores fracos de Mocambinho são os mais idosos, 56 anos em média. Na área F, essa média é de 55 anos e na área C₃, a média cai para 42 anos.

Em todas as áreas pesquisadas, 100% dos produtores fracos possuem apenas um lote de 5ha e, da mesma forma, 100% não utilizam microaspersão ou qualquer outro tipo de tecnologia, a não ser aquela encontrada, já instalada em seus lotes, quando chegaram ao projeto.

Somente em Mocambinho, 100% utilizam alguma forma de crédito bancário, enquanto na área F, a utilização desse crédito é feita por 40% dos produtores fracos. Nenhum desses produtores utiliza qualquer forma de crédito bancário na área C₃.

São produtores mais isolados, se considerarmos as médias encontradas que verificaram o índice de participação em alguma associação. Em Mocambinho, 60% são associados; na área F, 50% e nenhum produtor fraco da área C₃ é associado.

Não foi possível discriminar a renda média anual para os produtores fracos de Mocambinho uma vez que os dados fornecidos referem-se a todos os produtores desta área indistintamente.

4.6 O Projeto Jaíba : a visão dos produtores

Um aspecto que deve ser considerado nessa seção é a experiência vivida pelos produtores em áreas irrigadas no Projeto Jaíba, que é bastante recente, cerca de 10 anos.

Durante esse período aproximado de tempo, os pequenos produtores ainda não haviam tido a oportunidade de perceber claramente as exigências técnico-econômicas da estrutura produtiva do projeto. Não haviam passado por nenhuma situação que os pressionasse suficientemente ao ponto de serem levados a reagir, buscando, eles próprios, soluções para os seus problemas.

Através do estudo realizado, acredita-se que a crise vivida no ano de 1997 tenha representado o elemento revelador da verdadeira natureza do projeto. Essa crença pode ser melhor traduzida através da fala dos produtores entrevistados, evidenciando como as diferentes categorias percebiam os fatos e reagiam ao contexto que se apresentava:

“Dificuldades a gente tá enfrentando é agora e a gente tá superando é com o coração, colaborando com o plano do Fernando Henrique Cardoso! O futuro...esse futuro tinha que ser o presente...” (produtor ótimo- área C₃)

“ Só conhece isso aqui, quem tá aqui dentro...a gente chega aqui numa ilusão, acha que as coisa tudo é fácil. Vê saindo as coisa lá de dentro e acha que num vai ter trabalho nenhum, certo? Mas a hora que vê a realidade aqui, ó...” (produtor fraco –área F)

“Nóis tem repartido a alegria e o choro. Porque até agora nós num teve nada de melhora. Eu já perdi a graça, num tô nem olhando mais a cultura.” (produtor fraco –área Mocambinho)

“O que o projeto oferece nós num tem aqui não. Eu achava que seria mais fácil quando eu cheguei pra aqui. Eu esperava outra facilidade” (produtor fraco – área F).

O caráter social do projeto foi questionado pelos entrevistados. Indiferentemente à sua condição econômica, questionaram, principalmente, como um processo produtivo, tecnicamente concebido e baseado no uso intensivo do capital estaria adaptado à pequena produção realizada em áreas modulares de 5ha:

“Há quase vinte anos atrás, um sociólogo teve aqui, ficou muito amigo nosso, de dentro de casa. Ele falou pra nós aquele dia: ‘Isso aqui num é procês não.’ Nunca esqueci isso. E isso foi há vinte anos.” (produtor bom - Mocambinho)

“A função social do Jaiba?! Só no papel...”(risos de ironia) (produtor ótimo – área F)

“Quem vê esse lote de 5ha, todo plantado...ó, um lote desse não sai barato não. Tem que ter capital e tecnologia, a melhor que tiver.” (produtor bom – área C₃)

“Dei de reparar que isso aqui é 90% para empresário.” (produtor ótimo - Mocambinho)

Pelo que se pôde perceber, as experiências produtivas foram conduzidas quase casualmente, observando o que poderia dar certo e só então realizando o planejamento das atividades destinadas à condução das áreas implantadas.

Na opinião de um dos entrevistados, esse planejamento, ou uma definição do que seria produzido, poderia ter evitado grande parte das distorções verificadas no sistema produtivo. Hoje, os produtores poderiam contar com uma estrutura mais sólida, estando melhor preparados para se adaptar às características do Jaíba:

“Todo mundo só plantou banana. Só tinha financiamento pruma coisa chamada banana. Depois que eles viu que arruinou, foi que eles abriu espaço, ainda limitado, para o produtor plantar vários tipos de fruticultura.” (produtor bom área F) [observou-se que, entre muitos produtores, a bananicultura é uma cultura à parte, sem qualquer relação com o que eles conhecem por fruticultura]

“Isso eu acho deveria ter começado a pensar desde quando o projeto começou. Há quase 4 anos, o distrito reivindicou, cobrou da CODEVASF um alicerce para os produtores. Quer dizer, um programa de fruticultura aqui dentro, fora a banana. Antigamente, era só banana, feijão, essas coisas. Ai, saiu esse programa de fruticultura num convênio entre o Banco Mundial, CODEVASF, distrito e produtor. Num é idéia minha agora não, é de muito tempo. A CODEVASF naquele tempo podia ter expandido esse aeroporto, trabalhado uma câmara fria no aeroporto mesmo e usar sua influência para tentar um mercado fora do Brasil. Usasse aqueles produtores que queria trabalhar, produzir coisa de qualidade, que é a coisa mais importante. Acho que o futuro eles vai esperar os grandes produtores. E nós? Esse futuro tinha que ser pensado antes, há 20 anos atrás pra hoje a CODEVASF falar: cê vai pagar 1.000 real de água/mês. A gente num discorda de preço de água, mas se num guentá pagar, cumo é que faz?” (produtor ótimo – área C₃)

Embora seja uma opinião expressa por um produtor em situação bastante estável, percebe-se sua preocupação com a sustentabilidade da pequena produção irrigada.

Conforme o que foi discutido teoricamente, apenas sob grande pressão os produtores podem alterar seus padrões produtivos. Mas essa adaptação às mudanças é limitada. Nem todos conseguem. E foi o que se observou no Projeto Jaíba:

“No nível nosso, num tem jeito de ganhar dinheiro não...é trabalho pesado...a realidade é essa...mas se nós num tem condição é igual um animal no cabresto. É puxado pelos outros. E eles num tá nem aí se nós perde, se nós ganha...pagando eles o que nós deve....” (produtor fraco –área F)

As exigências econômicas e técnicas têm sido pesadas demais para esses produtores. Porém, de acordo com a orientação administrativa do projeto, cada produtor é responsável por seu próprio desempenho. Sendo que as estratégias de desenvolvimento apontam para um processo de emancipação do projeto, onde a água será sua principal fonte de renda e de sustentabilidade. Por esse raciocínio, os produtores que forem incapazes de se adaptar, serão gradativamente excluídos do projeto pelas forças de mercado, também segundo a visão administrativa.

Houve produtores que sentiram dificuldade em explicar ou entender o que se passa à sua volta. Gostariam de estar em uma situação mais confortável, mas sentem dificuldades de alcançar a complexidade do contexto de que fazem parte:

“Isso aí , pra entender isso aí é meio difícil . Então sobre desenvolvimento, a gente nem pensa na idéia o que vem a ser desenvolvimento, assim: sobre a pessoa melhorar mais que o outro. Acontece que pelo desenvolvimento que a pessoa tem, mais ajuda ela acha. E acontece que todo mundo trabalha aqui. Eu achava que tinha que ter mais melhora.” (produtor fraco –área F)

Os produtores bons e fracos tenderam a enfatizar sua condição de pessoas honestas e trabalhadoras. Várias vezes foram ouvidas expressões como “não sou preguiçoso”; “sou honesto” ; “ando em dias”; “não vivo em porta de bar”. Essas expressões buscavam ressaltar suas qualidades como pessoas, mas não são suficientes para garantir sua adaptação à estrutura do projeto. As exigências técnico-econômicas ultrapassam o fato de serem honestos ou trabalhadores.

Os produtores ótimos consideram que o projeto ainda vai passar por um processo de seleção mais intenso:

“Aqui tá se afunilando bruscamente pra poucos, no sentido assim: perdeu subsídio da CODEVASF. Eu pago 150, 160 reais de água. Subindo pra 100%, eu vou pagar uns R\$400,00. O sistema de cultura tende a mudar para a diversificação e fruticultura. Culturas anuais como o arroz e o feijão não são suficientes. O custo vai ficar caríssimo com culturas cereais num modo geral. O banco tá muito escasso o crédito. O Banco do Nordeste que banca o projeto aqui tá selecionando muito o crédito hoje. Então, se num tiver uma mudança na parte do colono, assim uma alternativa de produção, vai ser poucos com muito e muitos com pouco. A oportunidade é de todos, todos teve a mesma oportunidade aqui. Teve uns que num soube administrar aquela oportunidade.” (produtor ótimo – área F)

A noção de oportunidades iguais prevalece entre os produtores ótimos, principalmente. Alguns chegam a analisar o que pode acontecer com aqueles que não puderem acompanhar o mesmo ritmo de desenvolvimento. Mas em nenhum momento, observou-se que sua opinião considerasse o esquecimento ao qual foram relegados os produtores descapitalizados:

“Todo o direito que um tem o outro também tem. A mesma quantidade de dinheiro que um recebe o outro também recebe Mas o problema desses colonos aqui é o bolso. O cara vai no banco, financia 4ha de banana e planta dois, o resto ele come. Além disso, ele não cuida direito daqueles dois que plantou. O cara vai pra frente? Não vai, uai! Vai pagar o banco como? (produtor ótimo – área F)

“Chega num certo ponto que ele vai ficando tipo uma ovelha que sai fora do rebanho. Vai deixando pra trás. Até tive uma reunião e comentou muito sobre isso aí. Se ele num aceita assistência técnica, se ele num paga água, se ele num participa de reunião, num participa de nada, então deixa ele fora. Aí ele começa a se virar sozinho. Como ele num consegue, vende o lote e vai embora. Aí vai quebrar cabeça” (produtor ótimo – área C₃.)

Já os produtores fracos sentem-se esquecidos e pressionados por um sistema produtivo exigente, que está-se tomando cada vez mais competitivo. Essa pressão pôde ser percebida através de uma sensação de frustração e impotência diante de algo para o que não estão preparados. A maioria deles espera por facilidades creditícias; uma assistência técnica frequente, sistema de comercialização e preço melhores:

“O projeto hoje é o seguinte: tem que ter várias idéias. Acontece que tem gente aí que fala que isso aqui é uma maravilha, como de fato num tá ruim. Mas hoje, muitos pontos de vista é de uma minoria. A gente num alcança mais pra modo de alcançar essa minoria. Tinha que ter um bom planejamento, mas a gente num tem condições.” (produtor fraco - área Mocambinho)

“As coisa aqui é sempre muito trabalho. A gente veve por cabeça do distrito. Aqui a gente num tem grande liberdade, veve travado por eles.” (produtor fraco – área C₃)

“Espero mais dificuldade. Num sai um projeto pra gente mais. Tem que tá acertando os débito e eles vai só acumulando... Porque as pessoa que num têm condição de tocar o lote, vai voltar pro cativoiro antigo [trabalhar para terceiros]. Vai ficar difícil pra quem num puder trabalhar por conta própria.” (produtor fraco – área F)

“Eles num tá dando freqüência. Aliás, eles lá tão aí é pra isso, eles são um simples empregado, mas eles devia marcar mais presença. Vindo aqui no meu barraco, procurando saber como está a situação, do que eu tô precisando. Mas isso nunca aconteceu.” (produtor fraco - área F)

Algumas opiniões sintetizaram o que costuma ocorrer em relação às expectativas predominantes para a maioria dos que chegam ao Jaíba, principalmente quanto aos produtores descapitalizados:

“As vezes o cara chega aqui e é trabalhador, mas tá acostumado a ser mandado. Aqui ele vai ter que trabalhar por conta dele, ele vai ter que bolar o que vai fazer. Tem assistência técnica, mas ele vai ter que pensar sozinho.” (produtor bom – área F)

“O que acontece é que às vezes o colono tá acostumado a trabalhar pra esses fazendeiros aí, ó. Chega aí, ganha um pedacinho de terra, 5.000 reais na mão, o cara fica meio deslumbrado. Nunca viu aquele dinheiro, coitado. Ele fica meio deslumbrado e tá certo. Num tá errado, não. Tá certo. Ele quer fazer o quê? Construir uma casinha pra botar a mulher dele, os filhos e gastar... E tá certo. Quer dizer, esse é que é o problema. Por que eles acham quando chega aqui a CODEVASF, RURALMINAS, o distrito, têm que botar eles lá em cima, no céu. E não é. Quer dizer, o cara que ganha um lote desses tem que trabalhar.” (produtor fraco - área F)

“Muitos vêm pra cá nessa onda: ‘Ah! O distrito tá lá, a CODEVASF tá lá...’ Muitos vêm nesse pensamento. Mas não é assim. Muitos vêm achando que aqui é o eldorado: ‘Ah! O Projeto Jaíba! Vou melhorar de vida...’ Bom, se vim trabalhar, melhora, realmente melhora.” (produtor bom – Mocambinho)

Essa é uma outra face do problema: muitos dos produtores passaram a vislumbrar a possibilidade de melhorar sua qualidade de vida ao serem assentados em um projeto que parecia fornecer-lhes toda a segurança e assistência de que necessitavam.

Realmente, o projeto oferece essa possibilidade, mas para isso requer dos produtores uma adaptação irrestrita às normas e procedimentos técnicos que devem ser seguidos. Isso exige um certo nível inicial de capital. Mas na época em que foram realizadas as entrevistas para os primeiros assentamentos, esse não parecia ser um item capaz de criar obstáculos ao desenvolvimento dos produtores em áreas irrigadas.

Talvez, porque há quase dez anos atrás, as condições econômicas eram favoráveis, havia mais recursos públicos e a agricultura ainda não se encontrava inserida num processo tão competitivo, principalmente a agricultura tecnificada orientada para a pequena produção.

Hoje, a realidade é outra. A pequena produção realizada em lotes de 5ha corre riscos de ser extinta como alternativa produtiva suficiente para garantir a sustentabilidade do Projeto Jaíba. Os custos de produção têm se elevado cada vez mais. O manejo adequado de toda a tecnologia disponível é um elemento fundamental para o bom desempenho econômico dos produtores. Até agora, somente os produtores ótimos e bons perceberam seu significado:

“É igual a banana. Talvez esse é um grande problema que vem acontecendo aqui é de num ter ouvido a tecnologia. O pessoal pensou que banana é uma coisa comum, igual fundo de quintal, só chegar, plantar e num produz direito. Cidadão que ganhou dinheiro é porque tava isolado, sozinho ainda. Começou a expandir, ficar velho o bananal...hoje ele tá quebrado. Então, é um exemplo de quem não bole com a tecnologia. O grande problema é esse. Nós temos uma área coletiva onde uns param e outros têm que continuar.”(produtor bom – área F)

“O produtor num dá lianção pra tecnologia. Então, tem muitos pessoal que tão isolado aqui hoje que eu, sinceramente, não é porque eu sou bão, melhor do que eles não! É que eles não dão lianção pra tecnologia. Pode ter certeza disso.” (produtor ótimo – área Mocambinho)

“A gente tá acostumado com sequeiro, planta de qualquer jeito. Na irrigação tem que usar a tecnologia em tudo, senão é pior do que lá fora no sequeiro.” (produtor ótimo – área F)

A tecnologia de irrigação é dispendiosa e progressiva, isto é, constantemente atualizada. Por exemplo: de um sistema de irrigação por gravidade em Mocambinho passou-se à utilização da aspersão convencional, que é aquele sistema já instalado nos lotes de 5ha.

Hoje, a microaspersão é o sistema ideal, principalmente porque reduz os custos de produção e melhora a produtividade. Dois fatores que têm sido considerados essenciais para garantir a possibilidade de uma renda maior. E, ainda em fase inicial, já havia um experimento para testar a eficiência da irrigação por gotejamento superficial; gotejamento subterrâneo e microaspersão para as culturas da uva, banana e mamão. Apenas três produtores haviam sido selecionados para testar essa nova técnica de irrigação, que é também cara.

Ao considerar a variável tecnologia, está-se considerando também a disponibilidade de capital para investimentos contínuos na estrutura de produção.

O produtor, ao ser assentado, encontra o equipamento fornecido pelos órgãos federais: duas redes de irrigação por aspersão instaladas. A partir daí, cabe a ele realizar qualquer investimento para melhorar sua eficiência.

Uma vez que os custos tendem a crescer, eles próprios reconhecem que a agricultura de subsistência não lhes garante a renda necessária para a manutenção de seus lotes:

“Num dá nem pra plantar arroz e feijão em área irrigada, pode saber: já chama quebrado. Num dá pra pagar a água, num cobre as despesas. A gente tem que cortar 100 caixa de banana de primeira pra poder comprar um caminhão de esterco. Pra se manter hoje num lote de 5ha é difícil.” (produtor bom – área C₃)

“Se plantar comida pra pobre, você fica pobre igual a ele. Tem que plantar comida pra rico, que num mede esforço.” (produtor ótimo – área Mocambinho)

Grande parte dos produtores ótimos e bons avaliou que o projeto, como um empreendimento de sucesso, depende de um setor de comercialização melhor estruturado, de investimentos na qualidade de seu produto e do conhecimento do mercado.

Por outro lado, outros produtores, inclusive alguns entre os bons, consideram que esse sucesso depende da satisfação de três fatores básicos: garantia de assistência técnica assídua e efetiva para todos; melhoria dos preços alcançados por seus produtos e ampliação das linhas de crédito:

“O que falta mesmo é uma administração boa. Uma pessoa pra dar mais apoio aos colonos. Tem muito dinheiro a fundo perdido e eles podiam arrumar esse dinheiro pra facilitar mais pros colonos. Depois, quando fosse mais tarde, a gente ir pagando esse dinheiro. Às vezes, tem o dinheiro, mas não sai pra ninguém.” (produtor fraco – Mocambinho)

“Já que tem assistência técnica, tinha que vim pra orientar. Eles tão aí é pra isso mesmo; vem dizer pra nós ‘vamo fazer isso, caba com essa banana, nós vamo te ajudar!’ De jeito nenhum! A gente é que se vira por conta própria.” (produtor fraco – área Mocambinho)

“Se o que a gente plantasse desse preço, aí podia ser...mas do jeito que vai, sei não...Eles num interessa em vender um produto pra gente bem vendido. Eles quer é dar aquela força pra panhar dinheiro pra plantar, mas tinha que dar força também pra vender o produto, né?” (produtor fraco – área F)

“Preço hoje num tem jeito, tem que ter quantidade! A qualidade num tem jeito, falta recurso, assistência técnica...” (produtor fraco – área F)

Observou-se, durante a pesquisa de campo, que as reivindicações feitas por esses produtores surgiam como elementos independentes. Fatores como qualidade e redução dos custos de produção não lhes parecia estar relacionados e ser dependentes entre si. Por essa observação, concluiu-se que, principalmente, a noção da existência de um mercado e suas exigências é algo distante, abstrato e incompreensível.

A maioria dos produtores fracos espera um maior comprometimento dos órgãos diretamente ligados ao projeto. Porém, pelo que foi observado, essa não pretende ser a postura desses órgãos. Mesmo o DIJ, que representa os interesses de todos os produtores, sejam eles colonos, pequenos, médios ou grande

empresários não pretende adotar nenhuma estratégia para o atendimento dessas reivindicações. A não ser, é claro, que o produtor “dê o retorno financeiro” esperado. Estabelece-se, então, uma situação tanto conflituosa quanto frustrante entre os produtores pauperizados e esses órgãos. Nesse caminho, a tendência é a de serem excluídos paulatinamente do processo produtivo.

Para aqueles que ainda vêem possibilidades de permanecer como pequenos produtores do Projeto Jaíba, a capacidade financeira será importante, sem dúvida. Mas não menos do que a capacidade de assumir riscos e saber administrar:

“Eu trabalho com uma planilha de custos, com orçamento anual. Eu sei quanto vou gastar com funcionário no ano. Sei quanto me custa um pé de mamão. Tenho produção anual, média e tudo.” (produtor ótimo – área F)

“Antes perder arriscando do que não arriscar. Aqui, cê num pode ter medo de arriscar!” (produtor ótimo – área F)

“Hoje nós tamo perdendo dinheiro na banana. Pra produzir com qualidade tem que garantir o custo da caixa a R\$3,50.” (produtor ótimo – área Mocambinho)

“Isso aqui é igual eu falei. Se num souber administrar, num faz nada. Tudo que faz, joga fora. Tem que aplicar numa coisa de futuro. Tô pensando, mas tudo que tô pensando já tem no projeto. A uva mesmo é uma boa, mas se todo mundo pegá a plantar, num vai ter preço. Só se produzir assim uma qualidade para exportação.” (produtor ótimo – área F)

“Eu nunca peguei numa enxada, mas todo mundo que trabalha pra mim eu chamo pelo nome. Já fiz um curso de relações humanas.” (produtor ótimo - área F)

“Nós vamos deixar de ser pequeno produtor e vamos tá competindo. Se eu tô desenvolvendo, consegui desenvolver meus 5ha, eu começo a perder espaço. Nós perdemos muito tempo só naquela de plantar feijão, feijão...” (produtor ótimo – área F)

As conseqüências que a expansão do projeto poderá trazer para a atividade agrícola dos pequenos produtores permanece uma incógnita para todos eles. Alguns acreditam no potencial do projeto, mas essa crença é baseada numa concepção onde somente aqueles que tiverem condições de se adaptar participarão dos benefícios desse crescimento:

“A mola mestra é o produtor. Se ele não andar, as coisas também não vão andar. Tem que achar gente boa, que tá com produto bom. Tem que achar gente com vontade de trabalhar. Produto nós temos, mas tem que buscar o mercado. Nós temos um potencial grande, nós é que num sabemos dar valor no potencial que temos.” (produtor ótimo – área F)

Outros já se desiludiram:

“Pro que eu penso, isso aqui num dá não. E agora, pra consertar o projeto num conserta mais nunca! Quantos milhão de real num tem nesse projeto? E já acabou o bananal!” (produtor fraco – área C₃)

Observou-se que a visão percebida dos pequenos produtores está ligada não só às suas expectativas em relação ao que o projeto iria ou poderia lhes proporcionar, mas, fundamentalmente, à sua situação econômica e à sua capacidade de adotar as técnicas de produção recomendadas. Esses dois últimos fatores estão relacionados e são dependentes entre si.

Para os produtores, em sua maioria classificados como fracos, que esperavam uma assistência técnica e financeira incondicionais, o projeto representa uma falácia. E são esses produtores que mais necessitam dessa assistência, os que menos a recebem e os que, cada vez menos, têm condições de acompanhar a dinâmica produtiva característica da agricultura irrigada.

Entretanto, as observações feitas anteriormente não isentam os produtores classificados como bons ou ótimos de se sentirem pressionados. O que os difere dos produtores fracos é a consciência que possuem das exigências e especificidades técnico-econômicas apresentadas pelo Projeto Jaíba.

Esse fator leva-os a se adequar mais fácil e rapidamente a essas exigências, pois caso não o façam, sabem que, também eles, não permanecerão no projeto.

É importante ressaltar que, a despeito de os produtores receberem maior ou menor assistência técnica e/ou financeira, seu bom desempenho depende, em grande parte, de sua habilidade de gerenciar os recursos dos quais dispõem; de sua capacidade de tomar iniciativas e assumir riscos e da noção de mercado que possuem.

Sob o ponto de vista analítico do projeto, esse trabalho diferencia-se por um aspecto macroestrutural, ou seja, o processo de desenvolvimento regional que este representa e por um aspecto específico: a visão dos técnicos, dirigentes e dos pequenos produtores guiada por parâmetros de avaliação diferentes e divergentes.

Essa diferenciação reflete um contraste entre o discurso e a prática dos dirigentes do projeto, pois ao mesmo tempo em que ressaltam seu caráter social, sua ação se verifica no sentido de administrá-lo como um projeto cujo sistema produtivo é orientado para a agricultura comercial, à qual os pequenos produtores deverão ser capazes de se adaptar. Semelhante postura também se reflete, diretamente, no direcionamento de suas estratégias de desenvolvimento.

O estudo conclui, ainda, que as abordagens que advogam a inclusão de produtores familiares nos programas de desenvolvimento não estão em consonância com os padrões que orientam a formulação de vários projetos, dentre eles, o Projeto Jaíba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, um conceito de desenvolvimento rural, qualquer que seja ele, comporta a idéia de ações planejadas e orientadas para a população rural pobre, visando, principalmente, à melhoria de sua condição de vida através da garantia dos meios adequados para esse fim.

Nas décadas de 60 e 70, muitos projetos foram elaborados a partir de elementos tecnocráticos com esse mesmo objetivo. Teoricamente, a sua proposta era excelente, ou seja, eram projetos fundamentados na tecnologia e no aumento da produtividade agrícola como meios mais eficientes de proporcionar a essa população as condições necessárias para o seu crescimento e desenvolvimento.

Essa estratégia preconizava o crescimento da renda, bem como sua melhor distribuição entre os pobres rurais. No entanto, para que correspondessem às expectativas planejadas, esses projetos implicavam o emprego do capital, que se tornou intensivo e indispensável. Porém, sua concepção técnico-econômica acabou por gerar um processo de concentração de renda e exclusão daqueles que não conseguiam acompanhar seu ritmo exigente.

Na época em que esses projetos foram propostos, o grau de participação da agricultura numa economia capitalista era ainda pequeno, principalmente no que diz respeito à pequena produção. Nesse caso específico, a pequena produção tecnificada. Assim, não foi previsto até que ponto a inserção da agricultura ao sistema capitalista poderia alcançar e afetar a população rural pobre e a pequena produção, alvos do desenvolvimento rural.

Em anos recentes, o avanço da tecnologia disponível e o estreitamento das relações de mercado entre governos intensificaram esse processo e a pequena produção tecnificada foi atingida. Paralelamente, projetos dessa natureza cada vez menos contam com suporte financeiro do poder público, que tem reduzido drasticamente sua contribuição. Dessa forma, os produtores pauperizados são levados a encontrar soluções para seus problemas, eles próprios. Não conseguindo, são excluídos de algo que havia sido planejado para atender suas necessidades.

O Projeto Jaíba representaria bem essa situação, a não ser por uma alegação sustentada pelo estudo ora realizado: a de que o projeto não foi concebido com a finalidade de assentamento e colonização de pequenos produtores em áreas irrigadas de 5ha.

O caráter social que passou a ter por volta de 1989 foi muito mais em consequência de imposições legais do que propriamente fruto de sua concepção inicial. Além disso, para implantar a primeira das quatro etapas em que foi dividido, necessitaria de empréstimos estrangeiro e nacional. O Banco Mundial condicionou a liberação dessa verba a que o projeto passasse a ter um objetivo social. Foi quando se fizeram os planos executivos de irrigação por aspersão convencional da área F, em 1986.

Dessa forma, passou a existir uma relação conflituosa e artificial entre produtores e administradores do projeto. Conflituosa porque criou expectativas para uma população de pequenos produtores bastante empobrecidos. Expectativas de maior segurança, 'proteção' e assistência governamental, garantia de fatura constante e de progresso material também. Só que a realidade com a qual convivem lhes mostra uma outra face: tudo isso é possível, mas tem um custo. E esses produtores não podem arcar com esse custo.

Artificial porque o discurso oficial passou a incorporar elementos sociais incompatíveis com a verdadeira orientação do projeto. Pode-se imputar a esse

artificialismo a causa da frustração e desesperança da maioria dos produtores que hoje lá se encontram em situação de extrema precariedade.

Essa situação acabou transformando o Projeto Jaíba em alvo de críticas ferrenhas por relegar ao esquecimento exatamente aqueles que mais demandam ajuda técnica e financeira.

Apenas agora, com a pressão crescente que vem sendo exercida sobre os produtores, o projeto parece ter assumido seu verdadeiro caráter, ou seja, uma orientação muito mais voltada para a produção em escala comercial, de alta qualidade, profissional e sem restrições financeiras.

Estas distorções poderiam ter sido evitadas se os responsáveis por sua administração não tivessem tentado atribuir-lhe uma função que jamais teve: a função social, no sentido da prestação de uma assistência contínua e descompromissada com qualquer resultado de eficiência econômica por parte dos produtores.

Isso não significa dizer que os objetivos do projeto tenham sido comprometidos. Eles são possíveis e viáveis, mas é preciso que se assuma definitiva e claramente o que o Projeto Jaíba é. É um projeto que tem grande potencial, desde que se volte para a produção tecnificada, de qualidade e sem restrições de capital. Dessa forma, ações futuras poderão ser muito mais úteis do que foram até agora, inclusive para aqueles que não poderão acompanhar seu ritmo de crescimento e desenvolvimento.

Uma postura mais objetiva e bem definida poderá evitar o agravamento dos conflitos sociais já existentes. Mesmo que essa postura implique assumir que o projeto não possui um caráter social. É mais fácil entender as relações de poder quando as regras são conhecidas por todos. Pode-se lidar melhor com elas. Pelo menos, o sentimento de desilusão e abandono deixa de ser atribuído a atitudes que, de fato, têm se mostrado incoerentes com o discurso que sustentam.

Mas por outro lado, será preciso avaliar a situação daqueles produtores que mesmo sem quaisquer condições para acompanhar o desenvolvimento do projeto, não têm para onde ir e, por pior que seja sua condição, ainda preferem ficar a ter que sair e enfrentar perspectivas talvez piores.

Com a expansão do Projeto Jaíba, principalmente com a chegada dos empresários, é possível que futuramente esses produtores se transformem em mão-de-obra assalariada. Aliás, esse fato já pôde ser verificado na época da pesquisa de campo.

Há muitos produtores que vendem seu trabalho a terceiros sob diversas formas, mais comumente sob a forma de atividades ligadas ao preparo do solo, plantio e colheita de algumas culturas como cebola, tomate, uva, mamão, banana, entre outras frutas.

Atingir o objetivo de desenvolver a região onde está inserido, atraindo também agroindústrias vai depender do ritmo a ser seguido daqui para frente.

Esse estudo prevê mudanças ainda mais radicais na configuração produtiva apresentada hoje pelo projeto. Infelizmente, o argumento de que as chances são iguais para todos não leva em conta o fato de nem todos são iguais.

Se vai haver exclusão social? Provavelmente sim. Mas alternativamente entre escolhas de desenvolver o projeto a partir de sua concepção técnica, abandonando posturas dúbias e mal disfarçadas para os produtores pauperizados e, ao invés de tentar convencer alguém mais de que são as leis de mercado que vão expulsá-los, é preferível a adoção de uma postura clara e bem colocada. Comprometida com o capital? Novamente, é provável que sim. Mas as expectativas serão previsíveis e as atitudes coerentes com o discurso.

O que pode ser pior do que um discurso que se pretende social, mas cujas ações consideram o pequeno produtor como uma peça descartável que já cumpriu seu papel, inclusive político?

Do lado dos produtores, o estudo concluiu que, em todas as categorias, os produtores sentem-se pressionados, o que muda é a forma como sentem essa pressão.

Os produtores ótimos e mesmo os bons sabem que serão obrigados a encontrar alternativas viáveis e capazes de aumentar sua eficiência produtiva, caso permaneçam produzindo na área do projeto. E essas alternativas precisam ser viáveis a custos reduzidos. Vão precisar se arriscar, inovar, ter capital para continuar progredindo.

A pressão sobre esses produtores, hoje mais capitalizados, pode ser mesmo pior, porque segundo um deles, 'começarão a perder espaço'. Os riscos serão grandes.

Os produtores bons estão numa posição intermediária. Em sua maioria, administram bem seus lotes, procuram seguir as recomendações técnicas da melhor forma possível, porém dentro de suas possibilidades econômicas, que são consideradas muito seriamente no momento de alguma decisão.

As perspectivas da pequena produção estão relacionadas à capacidade que os produtores terão de se adaptar às exigências técnicas e econômicas do projeto. A postura administrativa comprova essa afirmação.

O alcance dos objetivos do Projeto Jaíba tal como foram propostos dependerá da forma como essas questões serão conduzidas. Dificilmente o desenvolvimento regional será alcançado caso as políticas de atuação continuem indefinidas. Ao mesmo tempo, não verificou-se nenhuma estratégia em estudo que vise a uma adaptação paulatina desses pequenos produtores a um processo mais intenso do que o verificado até o momento.

Acredita-se que em breve, quando as demais etapas forem implantadas, a questão da participação da pequena produção sofra ainda mais pressão. Como pequena produção entende-se, inclusive, aquela que atualmente é vista como pequena produção capitalizada.

A viabilidade social e econômica do projeto Jaíba depende de que os responsáveis por sua gestão abandonem velhas práticas administrativas e passem a considerar que, apesar de o caráter 'social' ter sido imposto, este se tornou parte do problema e como tal permanecerá se um planejamento específico não for feito.

Encontrar respostas que satisfaçam interesses antagônicos parece uma alternativa de ação irreal, pois do modo como os fatos vêm se desenrolando, não só é irreal, como inviável. Isso porque corre-se o risco de inviabilizar a concretização de seus objetivos como projeto de desenvolvimento regional. Mas nada impede que a participação da pequena produção seja considerada de forma responsável, porque afinal de contas existe uma responsabilidade social com esses produtores. Todos eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.
- ALVES, E. **Os desafios da extensão rural brasileira**. [s.l.; s.n.], out., 1987. 78 p.
- ARAGÃO, P. O. R. de; QUEIROZ, C.N. **Cooperativismo e pequena produção familiar modernizada: o caso do perímetro irrigado de São Gonçalo- PB. Raízes, Campina Grande**, n. 10, p. 47-64, dez.1994.
- BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento e crescimento econômico**. Tradução por Osmar Cândido Alves e Sônia Ruggiero. São Paulo: Pioneira, 1972. 127 p. Tradução de: *Economic Development and Growth*. (Série Introdução à Economia)
- BRASIL ; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO **Relatório de análise dos empreendedores sobre avaliação sócio-econômica e ambiental do projeto**. [s.l.], 1995. 80 p.
- BRITO, M. J. de; GOMES, M. A. O. **Paradigmas de análise organizacional e diagnóstico participativo em organizações rurais: uma reflexão teórica. Cadernos de Administração Rural, Lavras**, v. 9, n. 2, p. 184-202 jul./dez. 1997.
- BROWN, D. **Seeking the consensus: populist tendencies at the interface between research and consultancy**. Swansea: University of Wales, 1994. 11 p. (workshop)
- BROWN, D. **Strategies of social development: non-government organizations and the limitations of Freirean approach**. Reading: University of Reading, 1994. 77 p.
- BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 316 p.
- CARVALHO, H. M. de **A geração de tecnologia agrícola socialmente apropriada**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1990. 24 p. (Texto para debate, 29)
- CASTRO, W. C. B. M. de **Jaíba: expropriação e colonização**. São Paulo: USP, 1982. 92 p.
- CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. Nova York: Longman Scientific & Technical, 1983. 246 p.

- CHAMBERS, R., PACEY, A.; THRUPP, L.A.(eds.). **Farmer first: farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology Publications, 1991. 219 p.
- COLEMAN, G. Monitoring and evaluation in agricultural and rural development projects: lessons and learning. **Journal of International Development**, Manchester, v. 4, n.5, p. 497-510, 1992.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO **Avaliação global e sistematizada dos aspectos sócio-econômicos e ambientais do Projeto Jaíba - Etapa I**, [s.l.]. 1994. p. irr.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO; FUNDAÇÃO MINEIRA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; DISTRITO DE IRRIGAÇÃO JAÍBA **Processo de seleção de irrigantes**. [s.l.]. 1985. 10 p. (Projeto Jaiba – Etapa I)
- CUSWORTH, J. W.; FRANKS, T. R. **Managing projects in developing countries**. Nova York: Longman Scientific & Technical, 1993. 236 p.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985. 225 p.
- DENZIM, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications. 1994. 643p.
- DISTRITO DE IRRIGAÇÃO JAÍBA **Plano de trabalho 1997**; PAT 97. contrato CODEVASF/DIJ no. 0-05-96 0034/00. [s.l.] 1996. p. irr.
- DISTRITO DE IRRIGAÇÃO JAÍBA **Programa cooperativo de combate ao mal de sigatoka da bananeira**. Mocambinho, 1997. n. p. (não publicado) 5 p.
- DIXON, C. **Rural Development in the third world**. London: Routledge, 1994. 123 p.
- FAINGUELERNT, D. **Introducción a la industrialización agrícola**. Beit Berl, 1997. (notas de aula)
- FERREIRA, E. J. **Análise técnica e econômica do projeto de irrigação do Jaíba**. Viçosa: UFV, 1993. 159 p. (Tese - Doutorado em Irrigação)
- FUNDAÇÃO MINEIRA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO **Alterações nas entrevistas e pontuação das mesmas**. Belo Horizonte, [199?]. 9 p.
- FUNDAÇÃO MINEIRA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO **Crêterios definidos para a seleção e assentamento de colonos para o distrito agroindustrial da Jaíba**. Belo Horizonte, 1986. 7 p. (Documento interno)
- FUNDAÇÃO MINEIRA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO **Relatório do encontro do Jaíba**. Belo Horizonte, 1986. 20 p.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 7.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. 344 p.

- GOMES, N. M. **Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira.** [s.l.], 1982. 114 p.
- HENDERSON, H. **Transcendendo a economia.** São Paulo: Cultrix, 1991. 274p.
- HIRANO, S. (org.) **Pesquisa social: projeto e planejamento.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. 229 p.
- IONESCU, G. ; GELLNER, E. **Populism: its meanings and national characteristics.** London: The Garden City Press, 1969. 263 p.
- JANUZZI, Y. **Diagnóstico e intervenção administrativa em fazendas: aplicação em lotes de colonização no perímetro público de irrigação de Jaíba/MG.** Lavras: UFLA, 1995. 80 p.
- KITCHING, G. N. **Development and underdevelopment in historical perspective: populism, nationalism and industrialization.** London: Routledge, 1990. 209 p.
- LEVANTAMENTO da situação atual dos colonos na área do projeto do distrito agroindustrial da Jaíba I Belo Horizonte. 1994. 50 p.
- MACHADO, R. T. M. **Avaliação organizacional de casos do sub programa geração e adaptação de tecnologias (PDCT/GAT).** Lavras: ESAL, 1992. 156 p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)
- MANCHETE RURAL CODEVASF: uma história de sucesso. Rio de Janeiro: 1997. 46 P. (Edição especial)
- MEIRA, J. N. **Sucesso econômico e perfil estrategista-empresendedor de produtores rurais: o caso Nilo Coelho.** Lavras: UFLA, 1996. 76 p. (Dissertação de mestrado em Administração Rural)
- MONTEIRO, R. C. A pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Proposições**, n 5, p. 27-35, ago. 1991
- OLIVEIRA, F. de **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 87 p.
- OLIVEIRA, L. Neutros e neutros. **Humanidades**, Brasília, v. 5, n. 19. p. 122-127, 1988
- OLIVEIRA, L. C. A. de **Produtores rurais e parque nacional: um estudo de caso na serra da Canastra -MG.** Lavras: ESAL, 1992. 121 p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)
- PLENA Consultoria de Engenharia Agrícola **Plano básico de trabalho de assistência técnica e extensão rural - 1996 - Projeto Jaíba - Etapa I.** Belo Horizonte, 1996. 22 p.
- PLENA Consultoria de Engenharia Agrícola **Relatório de assistência técnica.** Belo Horizonte, 1996. n. 54, 10 p.
- PLENA Consultoria de Engenharia Agrícola **Resumo das principais ações e resultados da assistência técnica e extensão rural e do gerenciamento da produção - Projeto Jaíba - Etapa I - período 1988 a 1995.** Belo Horizonte, 1996. 26 p.

- PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO** Estudo de viabilidade: glebas ABC₃ e C₂; Análise econômico-financeira. [s.l.], 1988. v. 2, 169 p.
- REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B. E; WATERS-BAYER, A.** Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 324 p.
- RIBEIRO, C. M.** Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento. Lavras: UFLA, 1996. 141 p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)
- RICHERS, R.** Desenvolvimento: um desafio social. In: **Revista de Administração de empresas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v. 10, n. 2, p. 41-69, abr./jun. 1970
- SARDAN, J. P.** O Populisme développementiste et populisme en sciences sociales: ideologie, action, connassaince. **Cahiers d'Etudes Africaines**, v. 120, n. 4, p. 475-492, 1990
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.** Avaliação do **PROHIDRO** e do programa de irrigação. Fortaleza, 1985. (Série Projeto Nordeste)
- SILVEIRA, S. F. R.** Análise econômica de agricultura irrigada: Projeto Jaíba. Viçosa: UFV, 1993. 145 p. (Dissertação - Mestrado em Economia Rural)
- SOUZA, N. de J.** Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1993. 242 p.
- TRIVINÕS, A. N. S.** Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

Year	1997	1998	1999	2000
...
...
...

Year	1997	1998	1999	2000
...
...
...

ANEXO A

Year	1997	1998	1999	2000
...
...
...

Year	1997	1998	1999	2000
...
...
...

TABELA 1A – Ocupação dos lotes através de assentamento.

Classificação dos Produtores	Forma de ocupação do lote (%)		
	Mocambinho	C ₃	Área F
	Assentamento	Assentamento	Assentamento
Ótimos	20	100	30
Bons	60	100	20
Fracos	60	100	90

Fonte: Dados de pesquisa.

TABELA 1B – Ocupação dos lotes através de compra.

Classificação dos Produtores	Forma de ocupação do lote (%)		
	Mocambinho	C ₃	Área F
	Compra	Compra	Compra
Ótimos	60	-	50
Bons	40	-	70
Fracos	40	-	10

Fonte: Dados de pesquisa

TABELA 1C – Ocupação dos lotes através de assentamento e compra.

Classificação dos Produtores	Forma de ocupação do lote (%)		
	Mocambinho	C ₃	Área F
	Assentamento e Compra	Assentamento e Compra	Assentamento e Compra
Ótimos	20	-	20
Bons	-	-	10
Fracos	-	-	-

Fonte: Dados de pesquisa

TABELA 1D – Grau de escolaridade dos Produtores de Mocambinho.

Classificação dos Produtores	Grau de Escolaridade (%)			
	Analfabetos	Primário Incompleto*	Primário	1 Grau incompleto
	Ótimos	-	20	20
Bons	20	60	-	20
Fracos	-	100	-	-

*Essa variável compreende aqueles que apenas assinam o nome.

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 1E - Grau de Escolaridade dos Produtores da Área C₃.

Classificação dos Produtores	Grau de Escolaridade (%)		
	Analfabeto	Primário	1 Grau incompleto
Ótimos	-	-	100
Bons	-	100	-
Fracos	100	-	-

Fonte: Dados de pesquisa.

TABELA 1F- Grau de escolaridade dos Produtores da Área F.

Classificação dos Produtores	Grau de Escolaridade (%)				
	Analfabeto	Primário*	1 Grau	2 Grau***	3 Grau incompleto
Ótimos	-	50	10	30	10
Bons	10	80	10**	-	-
Fracos	30	70	-	-	-

*Essa variável compreende aqueles que assinam o nome ou possuem o curso primário incompleto. ** 1 Grau incompleto. *** Compreende 10% de produtores que possuem curso técnico, são técnicos agrícolas.

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 1G – Tempo de projeto, idade, filhos e número de lotes para os produtores de Mocambinho.

(média simples)	Classificação dos Produtores		
	Fracos	Bons	Ótimos
Tempo de projeto (em anos)	16	15	10
Idade	56	45	43
Filhos	8	6	4
Número de lotes (em ha)	5	5	10

Fonte: Dados de pesquisa.

TABELA 1H - Tempo de projeto, idade, filhos e número médio de ha dos produtores da Área C₃.

(média simples)	Classificação dos Produtores		
	Fracos	Bons	Ótimos
Tempo de projeto (em anos)	4	4,5	4,5
Idade	42	31	30
Filhos	4	3	2
Número de lotes (em ha)	5	5	5

Fonte: Dados de pesquisa.

TABELA 1I - Tempo de projeto, idade, filhos e número médio de ha dos produtores da Área F

(média simples)	Classificação dos Produtores (%)		
	Fracos	Bons	Ótimos
Tempo de projeto (em anos)	8	7	6
Idade	55	41	35
Filhos	9	5	3
Número de lotes (em ha)	5	5	10*

* 50% dos produtores nessa categoria possuem mais de um lote, sendo que 10% possuem áreas no setor empresarial C₂

Fonte: Dados de pesquisa.

TABELA 1J - Utilização de crédito bancário e produtores associados entre os produtores de Mocambinho.

(%)	Classificação dos Produtores (%)		
	Fracos	Bons	Ótimos
Crédito bancário	100	100	100
Associados	60	80	20
Microaspersão*	-	-	-

*Nenhum dos produtores utilizava microaspersão, pois a área de Mocambinho, nessa época, ainda era irrigada por sulcos.

Fonte : Dados de pesquisa.

TABELA 1K - Crédito bancário, produtores associados e utilização de microaspersão para os produtores da Área C₃.

(%)	Classificação dos Produtores		
	Fracos	Bons	Ótimos
Crédito bancário	-	-	-
Associados	100	100	100
Microaspersão	100	100	50

Fonte: Dados de pesquisa.

TABELA 1L - Crédito bancário, produtores associados e utilização de microaspersão para os produtores da Área F.

(%)	Classificação dos Produtores		
	Fracos	Bons	Ótimos
Crédito bancário	40	50	-
Associados	100	100	40
Microaspersão	100	100	60

Fonte: Dados de pesquisa.

TABELA 1 M – Renda média dos produtores da Área F.

Classificação dos produtores Área F	Renda média (R\$)			
	1996	Renda média mensal / 96	1997	Renda média mensal/ 97
Fracos	3.904,45	325,37	4916,53	409,71
Bons	8.414,69	701,22	10.521,93	876,82
Ótimos	8.137,89	678,16	7.701,32	641,77

Fonte: PLENA- Consultoria de Engenharia Agrícola Ltda., 1998

TABELA 1N - Renda média dos produtores da Área C₃.

Classificação dos produtores Área C ₃	Renda média (R\$)			
	1996	Renda média mensal/ 96	1997	Renda média mensal/ 97
Fracos	4.178,14	348,18	1.497,74	124,82
Bons	7.406,10	617,18	4.957,44	413,12
Ótimos	6.818,70	568,23	6.909,78	575,82

Fonte: PLENA- Consultoria de Engenharia Agrícola Ltda.

TABELA 1 O - Renda média dos produtores de Mocambinho

Renda média (R\$)			
Produtores de Mocambinho (100% da amostra)			
1996	Renda média mensal/ 96	1997	Renda média mensal/ 97
9.289,73	774,14	4.505,31	375,44

Fonte: PLENA- Consultoria de Engenharia Agrícola Ltda.

TABELA 1 P - Atividades anteriormente exercidas pelos produtores das Áreas de Mocambinho, F e C₃

Atividades anteriores	Classificação dos Produtores		
	Mocambinho Área F e C ₃ (%)	Mocambinho Área F e C ₃ (%)	Mocambinho Área F e C ₃ (%)
	Fracos	Bons	Ótimos
Agricultura irrigada	-	17,65	17,65
Extração de carvão	-	17,65	17,65
Gerência de fazendas/ Empreitadas rurais	-	11,764	5,88
Técnicos Agrícolas	-	-	11,764
Bancário	-	-	5,88
Apontador	-	-	5,88
Comércio/donos de bar	5,88	11,764	5,88
Agricultura de subsistência em áreas de sequeiro	58,824	11,764	11,764
Empregado de roça para qualquer tarefa	17,65	5,88	5,88
Atividades diversas (eletricista, marceneiro, pedreiro, etc.)	11,764	5,88	5,88
Vaqueiro	5,88	5,88	-
Barranqueiro	-	5,88	5,88
Arrendatário	-	5,88	-
Total da amostra (%)	100	100	100

Fonte: dados de pesquisa

2A - No artigo 14 do Decreto 89487 está determinada que as “áreas dos projetos de interesse social predominantemente serão divididas em lotes familiares, admitida a implantação, nos mesmos, de pequena empresas, desde que não ocupem, em conjunto, áreas superiores a 20% do perímetro irrigado....”esta porcentagem pode ser elevada para 50% em caráter excepcional e mediante proposta fundamentada da entidade administradora... (Estudos de viabilidade: Glebas aaBC₃ e C₂, 1988: 18) Em casos excepcionais e por decisão de Ministro de Estado, essa proporção pode chegar a 50%, como é o caso do Projeto Jaíba.

2B- DIJ (Distrito de Irrigação Jaíba)- Instalado em 01/02/1988 como condicionante do financiamento do Banco Mundial para a Etapa I do Projeto Jaíba. Constitui-se em uma entidade civil de direito privado, de caráter coletivo, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, patrimônio e administração próprios, composto de todos os usuários do projeto. No Distrito de Irrigação, o poder público, no caso a CODEVASF, tem assento no Conselho de Administração, com o poder de veto. Foi concebido de forma negociada entre as entidades públicas responsáveis pelo projeto (RURALMINAS e CODEVASF), os agentes privados já instalados e as organizações de produtores já existentes.”(Januzzi, 1995: 24; Avaliação Global e Sistematizada...1994:4)

2C- Preço da água: “De acordo com a legislação em vigor, o preço da água se desdobra em duas partes: uma pra recuperação do capital investido em 50 anos sem juros (K_1) sob a forma de uma taxa a cobrar por hectare equipado, calculada anualmente para cada hectare de área irrigável, e outro (K_2) sob a forma de uma tarifa a aplicar ao volume da água consumida. O (K_2) corresponde ao valor das despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção da infra-estrutura calculada, anualmente para cada 1.000 (mil) metros cúbicos de água fornecida ao usuário, estabelecida a cota mínima de 30% (trinta por cento) do consumo previsto, destinado às despesas fixas – K_2 . (Januzzi, 1995: 14)

2D- “Note-se, no entanto, que não está previsto que os colonos tenham que de alguma forma pagar os serviços de apoio técnico a receber pelo que, ao nível do DIJ, aparece como uma questão ainda não resolvida, a de garantir uma fonte de financiamento adequada para assegurar o equilíbrio financeiro e o próprio funcionamento do designado departamento de assistência técnica. Atualmente, a CODEVASF

assume a prestação dessa assistência e respectivamente seus encargos.” (K₂). Estudos de viabilidade: Glebas aaBC₃ e C₂, 1988: 25)

2E- “O adquirente do lote familiar amortizará as aplicações de recursos públicos em benfeitorias internas, bem como o valor da terra, no prazo de 25 anos, inclusive com até cinco anos de carência, com juros de 6% ao ano.”(Januzzi, 1995: 14)

2F- Processo de seleção: “Considera-se como fundamental, no perfil do pequeno produtor, a percepção de uma capacidade administrativa e gerencial, além de um mais elevado grau de escolaridade e cultura. Tal fato decorre da necessidade de introjeção de modelos tecnológicos e da absorção de determinados conhecimentos...se faz necessário desenvolver um processo para selecionar famílias-padrão que devem apresentar como características básicas, capacidade administrativa e gerencial” (Avaliação Global e Sistematizada dos Aspectos Sócio-econômicos e Ambientais do Projeto Jaíba –Etapa I, 1994: 43 e 47)

2G - “Segundo entrevista do Gerente Executivo do DIJ, o projeto é levado a ter um cunho social por imposição legal, ao promover o assentamento do tipo de produtor que lá se encontra.” (Avaliação Global e Sistematizada dos Aspectos Sócio-econômicos e Ambientais do Projeto Jaíba –Etapa I, 1994: 47)

2H- “A retomada do Projeto Jaiba...deverá ocorrer sobre sua existência enquanto projeto de assentamento e projeto de irrigação. Essa contradição que permeia o projeto, desde sua origem, tem sido responsável por equívocos nas ações das principais instituições nele envolvidas que, ao longo do tempo, estabeleceram para si objetivos específicos, muitas vezes díspares, ora tendendo a uma visão de produção irrigada empresarial, ora uma visão de colonização assistencial.” (Avaliação Global e Sistematizada dos Aspectos Sócio-econômicos e Ambientais do Projeto Jaiba –Etapa I, 1994: 53)

2I - “Por outro lado, na elaboração dos projetos de irrigação foram calculadas relações benefícios/custos que, com os parâmetros utilizados, se apresentavam favoráveis, isto é, ‘econômicos’ do ponto de vista privado...a agricultura irrigada é fortemente capitalizada...exige a realização de investimentos e, para ser viabilizada economicamente, precisa atingir elevada produtividade, capaz de remunerar adequadamente o capital investido. Nesse sentido, é necessário lançar

mão dos meios mais eficazes para obter essa alta produtividade, sem a qual a irrigação não se justifica econômica e socialmente.” (Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação, 1985, 112 e 119)